

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Arrecadação federal bate recorde no semestre	4
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Arrecadação federal recua 3,37% em junho, mas registra melhor semestre desde 1995	5
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL INSS: beneficiários têm R\$ 1,7 bi a receber	6
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO SEGURIDADE SOCIAL Pagamento de revisão inss-stf precisa cumprir medida	7
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7	8
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Restituição do IR recebe correção de 2,07%	9
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Lula reforça isenção de IR até R\$ 5 mil	10
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA FGTS vai distribuir R\$ 12,72 bi	11
O TEMPO ONLINE - BELO HORIZONTE - MG ANFIP Brasil pode ter mudanças no IR e novo imposto sobre lucros e dividendos; entenda	13
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma do IR pode criar novas alíquotas e taxar os mais ricos	16
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA O trailer da reforma do Imposto de Renda	18
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Governo cria pacote para ter "déficit zero" em 2024	20
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL MP prevê taxa de 18% sobrejogos	22
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LULA PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA QUE LIBERA JOGOS DE AZAR NO PAÍS	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	

Empresa de aposta poderá ter compensação	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Bets devem recolher 18% em impostos	27
O GLOBO - RJ - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Regulamentação de apostas é positiva, mas taxaço não pode ser única meta (Editorial)	28
O LIBERAL - BELÉM - PA - ATUALIDADES RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Ministério quer rastrear todos os devedores do Fies	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cesta básica aprovada não diferencia rico de pobre, dizem analistas	30
O GLOBO - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Simplificação tributária sob risco (Artigo)	31
O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR CNC REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária chega ao Senado com pontos de avanço para setor de serviços	32
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária -como ficará?	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo cede a estados e propõe aliviar regra de recuperação fiscal	35
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Os percalços da reforma administrativa	37
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Agência Fitch sobe nota de crédito do Brasil	38
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsa brasileira registra alta a 122 mil pontos	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
IPCA-15 tem deflação e reforça expectativa sobre corte nos juros	41
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Confiança atinge recorde no Brasil	43
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsa e dólar sobem após IPCA-15 reforçar corte da selic	44
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Alta taxaço do mercado pode incentivar ilegalidade	46

Quarta-Feira, 26 de Julho de 2023

JORNAL DA CIDADE - ARAÇAJU - SE - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Promulgada PEC dos Lotéricos 48

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bancos tentam travar proposta que limita os juros do cartão 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Queda da demanda por crédito pressiona BCE a fazer pausa adiante 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Ajuste anual sem "cheque especial" 54

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI eleva previsão do PIB do país em 2023 para 2,1% 56

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

FMI eleva projeções para economia global no curto prazo 57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Ibovespa fecha no maior patamar em quase 2 anos 59

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Novos emergentes ofuscam Brics em busca de voz global 60

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - RURAL
ECONOMIA

PIB da bioeconomia tem primeiro recuo desde 2017 63

Arrecadação federal bate recorde no semestre

RENAN MONTEIRO

A arrecadação do governo federal bateu recorde histórico no primeiro semestre deste ano, segundo dados da **Receita Federal** divulgados ontem.

De janeiro a junho, as receitas chegaram a R\$ 1,142 trilhão, alta de 0,31% sobre o mesmo período do ano passado, já descontada a **inflação**.

Em junho, no entanto, a arrecadação foi de R\$ 180,4 bilhões, o que significa uma queda de 3,4% em termos reais sobre o mesmo mês de 2022.

Na visão do coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**, Marcelo Gomide, a queda em junho aconteceu por causa da base de comparação elevada com o mesmo mês do ano passado, quando o governo contabilizou "receitas extraordinárias", principalmente com os setores de refino e extração de petróleo: -Em junho de 2022, tivemos receitas extraordinárias em patamares significativos.

Apesar disso, a Fazenda prepara um pacote de medidas para aumentar a arrecadação a fim de tentar cumprir as metas de resultado primário.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação federal recua 3,37% em junho, mas registra melhor semestre desde 1995

Bernardo Caram

A arrecadação do governo federal teve queda real de 3,37% em junho sobre igual mês do ano anterior, para R\$ 180,475 bilhões, informou a **Receita Federal** nesta terça-feira (25).

Ainda assim, o resultado é o segundo melhor da série histórica iniciada em 1995, com valores corrigidos pela **inflação**, abaixo apenas do resultado de 2022, quando ficou em R\$ 186,764 bilhões.

O dado veio acima da expectativa de mercado, conforme pesquisa da Reuters, que apontava para uma receita de R\$ 178 bilhões.

No acumulado de janeiro a junho, o crescimento real da arrecadação foi de 0,31%, para R\$ 1,143 trilhão. Em valores corrigidos pela **inflação**, foi o melhor resultado da série histórica.

A arrecadação administrada pela **Receita Federal**, que engloba a coleta de **impostos** de competência da União, caiu 2,70% em termos reais em junho, para R\$ 174,956 bilhões.

Já aquelas que são administradas por outros órgãos, com peso grande dos royalties sobre a exploração de petróleo, recuaram 20,60%, para R\$5,519 bilhões.

Os setores da economia em que a arrecadação caiu com mais força no mês foram combustíveis (recuo de 59%, queda equivalente a R\$ 8,970 bilhões), extração de minerais metálicos (-59%, ou R\$ 1,453 bilhão) e metalurgia (-50%, ou R\$ 1,172 bilhão).

No recorte por tipo de tributo, a maior queda ocorreu nos ganhos de IRPJ (Imposto de Renda da pessoa jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), uma retração real de 30,6% na comparação com junho de 2022, redução de R\$ 10,817 bilhões.

De acordo com a Receita, esse comportamento foi influenciado por arrecadações atípicas de R\$ 6 bilhões em IRPJ e CSLL em junho do ano passado, o que distorceu o dado deste ano.

Lula volta a prometer isenção de IR a salário de até R\$5.000

"Até o final do meu mandato, quem ganha até R\$ 5.000 não vai pagar Imposto de Renda. Escute o que eu estou falando: até o final do meu mandato quem ganha até R\$ 5.000 não vai pagar imposto de renda", insistiu o presidente em sua transmissão ao vivo semanal nas redes sociais, repetindo promessa feita na campanha eleitoral.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f452f5e2828956071f44b>

INSS: beneficiários têm R\$ 1,7 bi a receber

Leticia Lopes e Pollyanna Brêttas

Aposentados e pensionistas que tiveram decisões favoráveis na Justiça em junho para concessão ou revisão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem receber os valores devidos em breve. O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 1,72 bilhão para o pagamento de atrasados a 109.403 mil beneficiários.

O montante faz parte de um total de R\$ 2,1 bilhões liberados pelo órgão em maio para o pagamento das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), indenizações a serem pagas pelo governo federal de até 60 salários mínimos (R\$ 79,2 mil). Nestas ações já não há chance de recurso. Neste mês, 185.904 serão beneficiados.

O dinheiro liberado pelo CJF é distribuído aos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país, aos quais cabe, segundo cronogramas próprios, fazer os depósitos das quantias devidas.

"Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, esta informação deve ser buscada na consulta de RPs disponível no portal do tribunal responsável", informou o CFJ.

Só de precatórios do **INSS**, no caso do TRF-2 - que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo -, serão contemplados 9.119 beneficiários, incluídos em 6.780 processos, com direito a receber um montante total de R\$ 153 milhões.

Para verificar se está no próximo lote de atrasados, o beneficiário do Rio ou do Espírito Santo deve acessar o site portaleproc.trf2.jus.br. Na página, no menu à esquerda da tela, procure o campo "Pre-catórios/RPV". Clique em "Consultas" e, depois, em "Pesquisa ao público". Ao digitar o código que vai aparecer na tela, basta clicar em "Confirmar" para concluir a consulta.

A Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo), associação que reúne poupadores, advogados e institutos de defesa do consumidor, estima que cerca de 140 mil pessoas tenham recursos a receber em processos judiciais que discutem sobre as perdas no rendimento da poupança causadas pelos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 e tramitam há anos nos tribunais.

Segundo a entidade, muitos casos estão há quase três décadas na justiça e inúmeros autores já morreram no

decorrer do processo. Porém, seus direitos passaram para herdeiros e inventariantes. O problema é que a maioria deles não sabe disso.

Para verificar se existe processo em andamento, os herdeiros devem consultar o site do Tribunal de Justiça do seu estado. Na maioria dos tribunais, a consulta é gratuita: basta inserir o nome ou número do CPF do autor do processo. Geralmente está na página dos sites como "consulta de processos".

*

DINHEIRO NO BOLSO

As indenizações que serão pagas pelo governo são de até 60 salários mínimos

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Pagamento de revisão inss-stf precisa cumprir medida

No dia 17 de julho, a Defensoria Pública da União pediu ao Supremo Tribunal Federal - STF para que adotasse medidas para o cumprimento da decisão da revisão da vida toda do **INSS**. Ou seja, é necessário que a decisão seja executada para que o dinheiro chegue até as pessoas que possuem o direito. Essa revisão diz respeito aos trabalhadores que contribuíram antes de julho de 1994 e tiveram as contribuições descartadas por conta da Reforma da Previdência de 1999. Sendo assim, acabaram tendo um certo prejuízo com a diminuição de sua média de benefício. Então, o STF julgou e decidiu pagar os valores atrasados. Contudo, teve algumas reviravoltas e a DPU teve que interferir. Confira.

A revisão da vida toda do **INSS**, mesmo após aprovada, rendeu algumas discussões. Após a sua aprovação em dezembro do ano passado, a Advocacia Geral da União-AGU recorreu, pedindo que os ministros estabeleçam que a decisão tomada no julgamento só tenha efeitos para o futuro e não alcance, por exemplo, benefícios que já foram pagos antes do entendimento firmado pelos ministros.

Contudo, a DPU acionou a Corte em nome das pessoas vulneráveis que já têm direito ao procedimento. Segundo a Defensoria, após o julgamento de dezembro, potenciais beneficiários da decisão procuraram a instituição porque não sabem se, em seus casos, a revisão vai trazer vantagens.

Sendo assim, os beneficiários procuram o **INSS** para a realização dos cálculos comprobatórios, mas acabam recebendo a resposta de que o Órgão não tem estrutura para fazer a análise. Então, a DPU considera que o **INSS** não está cumprindo a decisão do STF em realizar a análise e pagamento dos benefícios.

A DPU pediu à Corte a chamada "intervenção estrutural do Poder Judiciário", para que as políticas públicas sejam realizadas e permitam a garantia de direitos fundamentais. Agora, resta aguardar quais serão os próximos passos relacionados à revisão da vida toda, pois ela garante um direito aos beneficiários e permite que esse público ganhe mais mensalmente, além de valores atrasados. A expectativa é que o pagamento comece a ser feito o quanto antes.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal

no YouTube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/11369/26-07-2023.html>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7

Publicado em 26/07/2023 - 07:02
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (26) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7. Essa é a segunda parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos.

Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150 a famílias com crianças de até seis anos. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 684,17. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,9 milhões de famílias em julho, com gasto de R\$ 14 bilhões.

Neste mês, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 341 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em julho. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,3 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Quase 2,2 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde o mês passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até

meio salário mínimo.

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 378,91. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, do total de famílias na regra de proteção, 1,46 milhão de famílias foram incluídas neste mês por causa da integração de dados do Bolsa Família com o CNIS.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente - divulgado em abril - cerca de três milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-7>

Restituição do IR recebe correção de 2,07%

São Paulo - O contribuinte que está no terceiro lote de restituição do Imposto de Renda receberá uma correção de 2,07% no valor que será depositado na próxima segunda-feira (31). O índice foi divulgado pela **Receita Federal** nessa segunda (24) e é calculado com base na Selic, a taxa básica de juros, que no momento está em 13,75% ao ano.

A consulta já está liberada e pode ser feita pelo site da **Receita Federal**. O lote conta com 5.632.036 pessoas, que receberão um total de R\$ 7,5 bilhões.

É a primeira vez neste ano que contribuintes fora da lista de prioritários foram incluídos entre os beneficiados. A Receita informou que 1.600.964 pessoas nesta situação estão no terceiro lote. Elas entregaram a declaração até 23 de março deste ano.

Além delas, a relação tem 16.536 idosos com 80 anos ou mais, 95.047 idosos com 60 anos ou mais, 9.740 pessoas com deficiência ou doença grave, 30.700 contribuintes que têm o magistério como maior fonte de renda, e 3.879.049 pessoas que usaram a declaração pré-preenchida ou pediram reembolso por Pix.

Nos dois primeiros lotes, 5.573.868 pessoas com prioridade legal foram incluídas. São idosos com 80 anos ou mais, seguidos pelos idosos com 60 anos ou mais, pessoas com deficiência e portadores de doença grave, além de contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Haverá ainda dois lotes até o final do ano. O quarto terá o pagamento em 31 de agosto, e o quinto e último será em 29 de setembro.

Em 2023, o Imposto de Renda recebeu 41.151.515 declarações e bateu um novo recorde. A Receita informou que 60,61% têm imposto a restituir, 19,83% estão com tributo a pagar e 19,57% não receberão e nem pagarão. (Fernando Narazakj/ Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Lula reforça isenção de IR até R\$ 5 mil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a repetir, nesta terça-feira (25), a promessa de isentar de Imposto de Renda, até o fim de seu mandato, trabalhadores com renda de até R\$ 5 mil. Em sua transmissão ao vivo semanal "Conversa com o Presidente", transmitida por seu canal oficial no YouTube e redes sociais, Lula também defendeu que quem vive de dividendos pague o tributo.

Durante a transmissão, o presidente afirmou que foi eleito para cuidar de trabalhadores, pessoas que pagam Imposto de Renda, e aqueles que estão desempregados e sem casa, mas que banqueiros não precisam de auxílio do governo.

"Essas pessoas que precisam da figura do Estado. E é para esses que voltamos a governar.

A classe média. A classe média baixa. Fazer ela ganhar um pouco mais. Diminuir o pagamento do Imposto de Renda dela, porque, até o final do meu mandato, quem ganha até R\$ 5 mil, não vai pagar Imposto de Renda. Escute o que estou falando. Até o fim do meu mandato, quem ganhar R\$ 5 mil reais não vai pagar Imposto de Renda", frisou.

"Não é possível. O cara R\$ 5 mil, paga R\$ 2 mil de aluguel, gasta R\$ 2 mil com comida, e ainda vai pagar Imposto de Renda? Não. Quem tem que pagar Imposto de Renda é quem é rico, quem vive de dividendo, quem sonega. Não é o povo trabalhador", prosseguiu.

A atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para isentar contribuintes que ganham até R\$ 5 mil foi uma promessa de campanha feita por Lula nas eleições de 2022, mas é tratada nos bastidores por aliados como missão quase impossível. O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), já chegou a classificar a medida como "desafiadora" e disse ainda não saber como fazer para tirá-la do papel até 2026.

Em maio, o governo federal editou uma medida provisória (MPV 1171/2023) que elevou a faixa de isenção do tributo para salários até R\$ 2.640,00 - montante equivalente a dois salários mínimos - e instituiu novas regras de cobrança de **impostos** para investimentos mantidos por pessoas físicas no exterior de forma direta, por meio de "offshores" ou trusts.

O texto, no entanto, ainda não foi analisado pelo Congresso Nacional e corre risco de "caducar" (ou

seja, perder validade) - o que faria com que o governo tivesse que encaminhar as mudanças por meio de projeto de lei, também com necessidade de análise pelas duas casas legislativas.

Após aprovar Proposta de Emenda à Constituição que trata da **reforma tributária** dos **impostos** sobre o consumo (PEC 45/2019) na Câmara dos Deputados, o governo trabalha em um segundo conjunto de medidas - desta vez focado na tributação sobre renda e patrimônio.

A ideia, no entanto, é que o projeto de lei só chegue ao parlamento após o Senado Federal votar a primeira PEC.

Entre as medidas esperadas para a próxima etapa da **reforma tributária** estão a cobrança de imposto sobre a distribuição de lucros e dividendos, a mudança nas regras dos chamados fundos exclusivos (instrumento financeiro usado por pessoas mais ricas para diferimento tributário) e as próprias alterações em regras para investimentos no exterior.

FGTS vai distribuir R\$ 12,72 bi

Lucas Marchesini

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) decidiu distribuir 99% do lucro realizado no ano passado, que foi de R\$ 12,848 bilhões. Com isso, R\$ 12,719 bilhões serão repassados para quem tinha saldo em dezembro do ano passado. Os cotistas ganharão R\$ 2,46 a cada R\$ 100 depositados no fundo no último mês de 2022. Com isso, quem tem R\$ 1.000, por exemplo, recebe R\$ 24,62 e quem tem R\$ 10 mil terá R\$ 246,15. Isso levou o rendimento do FGTS em 2022 para 7,09%, abaixo da poupança, que rendeu 7,89% em 2022, mas acima da **inflação**, que foi de 5,79%. A Caixa Econômica Federal, que opera o FGTS, tem até 31 de agosto para depositar os valores nas contas vinculadas ao FGTS.

De acordo com o balanço, divulgado ontem durante reunião do Conselho Curador do FGTS, as receitas do Fundo somaram, aproximadamente, R\$ 49,7 bilhões em 2022. Já as despesas atingiram pouco mais de R\$ 36,9 bilhões. Diante disso, os lucros totais obtidos pelo FGTS somaram R\$ 12,848 bilhões no ano passado. O valor a ser distribuído entre os trabalhadores equivale a 99% das receitas menos as despesas do fundo no ano passado.

O dinheiro, no entanto, não chega facilmente ao bolso do trabalhador, pois só pode ser sacado em situações como demissão sem justa causa, aposentadoria e compra da casa própria. O rendimento dos recursos depositados no FGTS está na ordem do dia devido a um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que decidirá se a forma de remuneração atual é inconstitucional. Na defesa da correção maior, especialistas alegam que o dinheiro do FGTS é renda proveniente do salário e não pode trazer perdas, pois não se trata de um investimento.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.090 solicita que os valores do Fundo de Garantia sejam corridos por um índice inflacionário. Entre eles estão o INPC, usado nas negociações de reajuste salarial, e o IPCA-E, que foi base para o pagamento dos precatórios do governo até o final de 2021. A ação surgiu após o Supremo decidir, em 2014, que o governo não poderia usar a TR para corrigir os precatórios. Segundo o advogado Antônio Carlos do Amaral Maia, em ao menos três julgamentos o Supremo entendeu que a TR é inconstitucional. O fundo paga 3% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), que tem ficado próxima de zero.

Na reunião, o Conselho Curador destacou que o rendimento acumulado do FGTS entre 2016 e 2022, quando incluída a distribuição do lucro, foi de 49,8%. O resultado é melhor do que o IPCA do período, de 44,1%, e da poupança, que foi de 42,9%. Esses números balizam a estratégia do governo para tentar uma mudança via Supremo. Até o momento, votaram a favor da adoção da poupança como remuneração básica do FGTS os ministros Luis Roberto Barroso e André Mendonça. O julgamento foi interrompido após pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques.

A mudança na remuneração preocupa o governo porque pode impactar nos contratos de financiamento feitos pelo FGTS, que representa parte significativa do Minha Casa Minha Vida, uma das prioridades do governo do presidente Lula (PT). A avaliação de empresários do setor e endossada pelo governo é de que a mudança encareceria os financiamentos, dificultando projetos de moradia de interesse social. Do outro lado, as centrais sindicais, que defendem a revisão, dizem que a distribuição do lucro é uma decisão arbitrária do governo federal, que comanda o Conselho Curador do FGTS, e que não há garantias de que ele permitirá a manutenção dos ganhos acima da poupança.

CONDIÇÕES Todas as contas vinculadas ao FGTS, sejam elas ativas ou inativas, têm direito de receber o lucro do ano anterior. O lucro aparece separadamente em cada uma das contas do trabalhador. A distribuição é feita pela Caixa, que administra o fundo. Os valores são creditados e, no extrato do FGTS, aparece a informação "AC CRED DIST RESULTADO ANO BASE 12/XXXX (aqui será informado o ano a que se refere o pagamento)". O trabalhador só poderá usar esse dinheiro caso se enquadre em uma das situações de retirada previstas na lei 8.036/90 para o saque do FGTS, como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra da casa própria e doença grave, por exemplo.

O valor depositado como distribuição do lucro pode ser consultado no aplicativo FGTS, por meio do extrato do fundo. É possível, ainda, conseguir uma cópia do extrato nas agências da Caixa. Para cada empresa em que o trabalhador foi contratado, há uma conta vinculada aberta, é preciso observar o valor em cada conta e somar o quanto tem, ao todo.

Mais dinheiro para financiar compra da casa própria

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aumentou o orçamento para o financiamento da compra da casa própria em R\$ 29 bilhões. A medida tem como alvos a habitação popular e o crédito para a classe média. Além disso, o grupo também autorizou interrupções de até seis meses no pagamento das parcelas do Minha Casa, Minha Vida para quem estiver inadimplente com o programa. As decisões foram tomadas em reunião do Conselho Curador ontem, em Brasília.

O orçamento para o financiamento no Minha casa, minha vida passou de R\$ 61,4 bilhões para R\$ 85,6 bilhões. A suplementação foi necessária porque, sem a verba extra, o FGTS ficaria sem recursos para emprestar em três regiões do país entre agosto e setembro. A expansão do orçamento também era necessária porque o governo federal ampliou o acesso ao Minha casa, minha vida para famílias com renda de até R\$ 8.000 e subiu o teto de imóveis financiados pelo programa de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil. As medidas entraram em vigor na metade deste ano.

Nesse caso, os principais beneficiados são as faixas 2e3do programa, cuja renda vai de R\$ 4,4 mil até R\$ 8.000. A faixa 1 também utiliza recursos do FGTS, mas para esse público há subsídios do Orçamento da União. Já a classe média foi contemplada com um aumento de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,35 bilhões no orçamento do Pró-Cotista. Alinha oferece condições melhores do que nos bancos e pode ser acessada por quem tem conta no FGTS. Com taxa de juros de 8,66% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), o preço máximo do imóvel a ser financiado é de R\$ 1,5 milhão.

A medida oferece um alívio para os mutuários, que enfrentam dificuldades para financiar o imóvel no cenário atual de juros altos. Para a suspensão temporária de até seis meses nas parcelas de financiamentos do Minha casa, minha vida, o FGTS reservou R\$ 1 bilhão. Com a interrupção, os recursos deixam de entrar, o que influencia no orçamento do fundo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/07/2023/p1>

Brasil pode ter mudanças no IR e novo imposto sobre lucros e dividendos; entenda

Por Alexandre Nascimento

Depois que a primeira fase da **reforma tributária** for aprovada com as mudanças na tributação sobre o consumo, o que deve ocorrer no Senado até outubro após a aprovação na Câmara dos Deputados, o próximo passo será a votação de um outro texto, agora com uma proposta de alteração na cobrança de **impostos** sobre a renda. Como o Brasil, que costuma tributar muito mais o consumo, pretende mudar as regras nesse setor, é possível que uma maior carga recaia sobre os rendimentos dos cidadãos. Discute-se criar **impostos** sobre lucros, dividendos e grandes riquezas, mas aprovar essas medidas requer muitos debates do governo com o Congresso e com o setor produtivo do Brasil.

Até o momento, a **reforma tributária** prevê a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cashback e alíquotas zeradas para produtos da cesta básica. A alimentação tende a ficar mais barata no futuro, mas é preciso aumentar a arrecadação em outros pontos para equilibrar as contas públicas.

Como o texto da segunda fase da **reforma tributária** só deverá ser encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional após a aprovação da primeira fase, algumas alterações ainda são uma incógnita, como a criação de novas alíquotas para o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), mas outras já estão praticamente certas como a tributação de lucros e dividendos e a desoneração da folha de pagamentos. Outra mudança deve ser a taxação dos fundos de super-ricos. Todos esses temas ainda estão em discussão.

Outra questão é a atual estrutura de cobrança do Imposto de Renda para Pessoa Física. Neste ano, foram entregues 41,15 milhões de declarações de IR, referentes ao ano exercício de 2022. Segundo cálculos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), a arrecadação proporcionada em 2022 foi de R\$ 313,49 bilhões com o IRPF. Quem recebeu até R\$ 1.903,98 foi obrigado a declarar para o Leão.

Segundo a Unafisco, a tabela está defasada desde 1996 diante da **inflação** acumulada no período até 2023. Caso fosse corrigida pelo IPCA, a faixa de isenção pularia para R\$ 4,6 mil, retirando cerca de 20 milhões de brasileiros das garras do Leão.

Mas, como abrir mão dessa arrecadação? A correção nesta amplitude não está clara no ambiente do governo federal. Por enquanto, a faixa de isenção vai pular para dois salários mínimos na declaração do ano que vem, tirando cerca de 10 milhões a 13 milhões de contribuintes da base de declaração, o que vai gerar perdas e forçar compensações, que podem vir da tributação de outras fontes, como dividendos de acionistas de empresas, lucros e outros possíveis alvos.

"Vamos começar as discussões internas da Fazenda, vamos apresentar para a área econômica. Vamos fazer o mesmo protocolo que a gente sempre faz para as coisas saírem bem feitas", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Atualmente, o salário dos brasileiros é tributado em quatro faixas de renda, com uma alíquota progressiva que vai de 7,5% a 27,5%. A faixa máxima atinge os salários acima de R\$ 4.664,68. Os cerca de 13 milhões de cidadãos que ganham até R\$ 1.903,98 são isentos, ou seja, não precisam pagar imposto de renda. Veja abaixo as faixas e as alíquotas:

Faixa 1: até R\$ 1.903,98: isento

Faixa 2: de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65: 7,5%

Faixa 3: de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05: 15%

Faixa 4: de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68: 22,5%

Faixa 5: acima de R\$ 4.664,68: 27,5%

Em fevereiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou que irá elevar a faixa de isenção do imposto de renda para dois salários mínimos, equivalente a R\$ 2.640. Este valor passa a valer na declaração do IR no ano que vem.

O governo federal até já editou a Medida Provisória (MP), que precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional ainda este ano para não perder a validade. "Vamos começar a isentar em R\$ 2.640 até chegar em R\$ 5 mil de isenção. Tem que chegar, porque foi compromisso meu e vou fazer", declarou.

Por outro lado, quem ganha salários mais altos pode

pagar mais imposto de renda, após a aprovação da próxima fase da **reforma tributária**. Coordenador da Associação Brasileira de Economistas Pela Democracia (Abed), o economista Paulo Bretas acredita que novas alíquotas do IR podem ser criadas, cobrando um valor maior de quem recebe acima de R\$ 4.664,68.

"Hoje o máximo que o brasileiro paga é 27,5%, eu acho que podem ter mais umas duas alíquotas aí, né? Alguma coisa acima de 30%, outra na faixa de 40%. Pode ser. Mas tudo que estou falando são especulações, é algo que será discutido politicamente e o governo tem que fazer conta", afirma.

De acordo com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), se a tabela do imposto de renda fosse reajustada em 151,49%, referente à **inflação** acumulada desde 1996, mais de 20 milhões de brasileiros estariam isentos do IR.

"É uma situação de muita injustiça, principalmente para a classe trabalhadora e a classe média", critica o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva.

Se houvesse a correção da tabela do IR, o trabalhador que ganha até R\$ 4,6 mil por mês pagaria alíquota bem menor: 7,5%. Como não houve correção, esse trabalhador paga a maior alíquota do IR, de 27,5%.

O governo federal arrecada cerca de R\$ 400 bilhões por ano com o imposto de renda. Mas segundo cálculos da Unafisco, a correção da tabela do imposto de renda faria com que o país arrecadasse R\$ 150 bilhões. Ou seja, os brasileiros pagam R\$ 250 bilhões a mais de IR por ano por causa da defasagem da tabela.

"Conforme os anos foram passando, o governo se acomodou em cobrar imposto da classe média e deixou de cobrar dos mais ricos", afirma Mauro Silva. Para ele, essa distorção só vai acabar quando o país deixar de conceder privilégios tributários a alguns setores da economia.

O Brasil já adota a desoneração da folha de pagamento das empresas, mas apenas nos 17 setores da economia que mais geram empregos no país. Em vez de pagarem a contribuição previdenciária de 20% sobre os salários dos funcionários, estas companhias pagam sobre a receita bruta, numa alíquota que varia de 1% a 4,5%. Mas esta regra acaba no fim de 2023. A **reforma tributária** pode ampliar essa desoneração.

"É um desejo nacional, pois paga-se muito imposto para contratar pessoas. Acho que a desoneração de folha é algo que deve acontecer. Agora, para isso

acontecer, é a regra da soma zero. De onde que o governo vai tirar dinheiro? É do imposto de renda? É da revisão do ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural)? É da tributação sobre patrimônio? É do IPVA sobre outros bens além dos automóveis, como aviões particulares e lanchas? Tem que fazer a soma", afirma o economista Paulo Bretas.

Atualmente, além da contribuição patronal de 20%, os empregadores também têm de recolher um seguro para acidentes de trabalho, o FGTS de 8% (do salário do trabalhador) e contribuições para o salário educação e para o sistema S.

Por outro lado, o empregado contribui com 11% do seu salário. As contribuições de patrões e trabalhadores variam entre 34% e 43%, com exceção das empresas inscritas no Simples Nacional, que pagam menos **tributos**.

Quando a empresa tem lucro, ela distribui parte do valor entre os proprietários e acionistas. Este valor é chamado de dividendo e é depositado direto na conta de todas as pessoas que compraram ações da companhia.

As empresas também podem fazer esta distribuição dos lucros por meio de juros sobre capital próprio (JCP). A diferença é que enquanto os dividendos são isentos de **impostos**, o investidor que recebe JCP paga 15% de IR.

Uma das justificativas dos especialistas que defendem a isenção de **impostos** sobre os dividendos é que a empresa já é tributada durante várias fases da produção e seria mais um imposto. Mas muitos economistas são a favor da cobrança.

"Eu acho que a questão dos dividendos passa (na **reforma tributária**), pois somente três países no mundo não cobram **impostos** sobre a distribuição de lucros: o Brasil, a Estônia e a Letônia", afirma Paulo Bretas.

Opinião parecida tem o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva. Mas ele faz algumas ressalvas. "Olha, nós temos que retornar com a cobrança dos lucros e dividendos. Evidentemente, ao fazer isso nós não podemos tirar a competitividade tributária internacional do país. Ou seja, o investidor não pode achar que ao investir no Brasil, o lucro dele será mais tributado do que em outros países. Tem que calibrar isso dando crédito sobre o que já se pagou na pessoa jurídica. Nós nunca devemos comparar a tributação de um país com o outro vendo apenas a alíquota. Temos que ver o total do imposto pago", explica.

Para aumentar a arrecadação, o governo federal deve

propor a tributação dos fundos exclusivos dos super-ricos, que hoje são isentos de **impostos**. Mas esta proposta deve ser votada até antes da segunda parte da **reforma tributária**. Um projeto de lei separado deve ser encaminhado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional já em agosto, após o recesso parlamentar.

Os fundos exclusivos geralmente possuem um único cotista, com investimentos milionários. Isto porque é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para fazer este tipo de aplicação. Segundo levantamento do Trademap, esses fundos dos super-ricos acumulam hoje um patrimônio de R\$ 756 bilhões, 12,3% do total da indústria de fundos.

"Nós precisamos voltar com a tributação dos fundos dos super-ricos. O ministro Fernando Haddad tem falado nisso. É uma injustiça que vem de muito tempo. Quem investe R\$ 500 mil em um determinado fundo paga imposto retido na fonte e esses fundos exclusivos de super-ricos não pagam. Então precisa acabar com isso", afirma o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva.

Site: <https://www.otempo.com.br/economia/brasil-poder-mudancas-no-ir-e-novo-imposto-sobre-lucros-e-dividendos-entenda-1.3088264>

Reforma do IR pode criar novas alíquotas e taxar os mais ricos

ALEXANDRE NASCIMENTO

Depois que a primeira fase da **reforma tributária** for aprovada com as mudanças na tributação sobre o consumo-o que deve ocorrer no Senado até outubro após a aprovação na Câmara dos Deputados o próximo passo será a votação de outro texto, agora com uma proposta de alteração na cobrança de **impostos** sobre a renda.

Como o Brasil, que costuma tributar muito mais o consumo, pretende mudar as regras nesse setor, é possível que uma maior carga recaia sobre os rendimentos dos cidadãos. Discute-se criar **impostos** sobre lucros, dividendos e grandes riquezas, mas aprovar essas medidas requer muitos debates do governo com o Congresso e com o setor produtivo.

Até o momento, a **reforma tributária** prevê a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cashback e alíquotas zeradas para produtos da cesta básica. A alimentação tende a ficar mais barata no futuro, mas é preciso aumentar a arrecadação em outros pontos para equilibrar as contas públicas.

Como o texto da segunda fase da **reforma tributária** só deverá ser encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional após a aprovação da primeira fase, algumas alterações ainda são uma incógnita, como a criação de novas alíquotas para o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

"Vamos começar as discussões internas da Fazenda, vamos apresentar para a área econômica. Vamos fazer o mesmo protocolo que a gente sempre faz para as coisas saírem bem feitas", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Outras alterações, no entanto, já estão praticamente certas, como a tributação de lucros e dividendos e a desoneração da folha de pagamentos. Outra mudança deve ser a taxação dos fundos de super-ricos. Todos esses temas ainda estão em discussão.

Quem ganha salários mais altos pode pagar mais imposto de renda, após a aprovação da próxima fase da **reforma tributária**. Coordenador da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed), o economista Paulo Bretas acredita que novas alíquotas do IR podem ser criadas, cobrando mais de quem

recebe acima de R\$ 4.664,68. "Hoje, o máximo que o brasileiro paga é 27,5%. Pode ter mais umas duas alíquotas aí, né? Alguma coisa acima de 30%, outra na faixa de 40%", sugere.

Em fevereiro, o presidente Lula (PT) confirmou que vai elevar a faixa de isenção do IR para dois salários mínimos, equivalente a R\$ 2.640. Esse valor passa a valer na declaração do IR no ano que vem. "Vamos começara isentarem R\$ 2.640 até chegar a R\$ 5.000 de isenção", declarou.

taxação de superricos. Para aumentar a arrecadação, o governo federal deve propor a tributação dos fundos exclusivos dos superricos, que hoje são isentos de **impostos**. Mas essa proposta deve ser votada até antes da segunda parte da **reforma tributária**. Um projeto de lei separado deve ser encaminhado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional já em agosto, após o recesso parlamentar.

Os fundos exclusivos geralmente possuem um único cotista, com investimentos milionários. Isto porque é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para fazer esse tipo de aplicação. Segundo levantamento do Trademap, esses fundos dos super-ricos acumulam hoje um patrimônio de R\$ 756 bilhões, 12,3% do total da indústria de fundos.

"Nós precisamos voltar com a tributação dos fundos dos superricos. O ministro Fernando Haddad tem falado nisso. É uma injustiça que vem de muito tempo. Quem investe R\$ 500 mil em determinado fundo paga imposto retido na fonte, e esses fundos exclusivos de superricos não pagam. Então precisa acabar com isso", afirma o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva.

Tabelado imposto de renda está defasada

O Outra questão é a atual estrutura de cobrança do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF). Neste ano, foram entregues 41,15 milhões de declarações referentes a 2022. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), a arrecadação proporcionada em 2022 foi de R\$ 313,49 bilhões. Quem recebeu até R\$ 1.903,98 foi obrigado a declarar para o Leão.

Segundo a Unafisco, a tabela está defasada desde

19% diante da **inflação** acumulada no período até 2023. Caso fosse corrigida pelo IPCA, a faixa de isenção pularia para R\$ 4.600, retirando cerca de 20 milhões de brasileiros das garras do Leão. "É uma situação de muita injustiça", critica o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva.

Mas como abrir mão dessa arrecadação? A correção nesta amplitude não está clara no ambiente do governo federal. Por enquanto, a faixa de isenção vai pular para dois salários mínimos na declaração do ano que vem, tirando cerca de 10 milhões a 13 milhões de contribuintes da base de declaração, o que vai gerar perdas e forçar compensações.

Atualmente, o salário dos brasileiros é tributado em quatro faixas de renda, com uma alíquota progressiva que vai de 7,5% a 27,5%. A faixa máxima atinge os salários acima de R\$ 4.664,68. Os cerca de 13 milhões de cidadãos que ganham até R\$ 1.903,98 são isentos, ou seja, não precisam pagar IR (veja ao lado).

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

O trailer da reforma do Imposto de Renda

Por Lu Aiko Otta

Já é possível ver um trailer dos debates que tomarão conta do Congresso Nacional quando for discutida a reforma do Imposto de Renda, provavelmente em 2024. As 106 emendas apresentadas por 24 congressistas à Medida Provisória (MP) 1.171/2023 dão uma ideia do que vem por aí: correções mais ambiciosas na tabela, novas possibilidades de dedução e temas tributários os mais variados.

Por exemplo: o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) apresentou emenda propondo reajuste de 53% a toda a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), em vez dos 10,9% apenas no limite de isenção, como proposto pelo governo na MP. Sugere ainda que sejam reajustados os limites de dedução, não alterados pela MP, e o desconto simplificado.

Vários outros parlamentares protocolaram propostas semelhantes.

Alguns foram além. É o caso do deputado Marx Beltrão (PP-AL), que quer incluir no rol de despesas dedutíveis do IR os gastos com apostilas, livros didáticos e outros. "Atualmente o gasto com material escolar em geral de um estudante é altíssimo para sua família", justifica. "Um investimento que merece reconhecimento e por essa razão estamos apresentando esta emenda." Ele também propôs a dedução de despesas com enfermeiros.

Foram ainda abordados temas estranhos à matéria. O deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) propôs isentar das contribuições PIS/Cofins as vendas de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, realizadas por empresas que se situam em áreas de livre comércio da região Norte. "Há uma injustificável distorção normativa entre as diferentes Áreas de Livre Comércio (ALCs), que confere benefício específico tão somente para as localizadas em uma das unidades da Federação", diz, no texto que justifica a emenda.

A coluna contactou os três parlamentares, mas não obteve resposta.

Essa mesma MP, que tramita sob o número 1.171/2023, institui a taxa de investimentos no exterior, os chamados fundos offshore. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conta com esse ponto para colocar em pé uma proposta de orçamento federal com déficit primário zero em 2024.

No entanto, a matéria se encontra numa espécie de limbo político. Apresentada pelo governo ao Congresso Nacional em abril, está parada desde então. Corre o risco de perder a validade se não for votada até final de agosto.

Atuam sobre ela dois vetores. De um lado, Haddad quer ver a taxa de fundos offshore aprovada este ano, para ser cobrada em 2024. De outro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende blindar a **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada pela Câmara e atualmente em análise no Senado, do debate congressional intenso que envolve o IR.

Na segunda-feira, Lira afirmou em almoço com empresários em São Paulo que o debate sobre a tributação sobre fundos offshore - e também sobre os fundos exclusivos, que Haddad quer propor na forma de projeto de lei em agosto - atrapalharia o andamento da **reforma tributária**.

A mesma avaliação foi feita duas semanas atrás em conversa de Haddad com o relator da **reforma tributária** do consumo no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

O ministro foi aconselhado por ele e por outros integrantes do Congresso a não abrir uma nova frente de debates polêmicos. Isso poderia enfraquecer o impulso dado pela aprovação da **reforma tributária** do consumo na Câmara e intensificar pressões contrárias.

A solução arquitetada para o impasse envolve o envio do projeto de lei dos fundos exclusivos junto com o do orçamento, como já informou Haddad, e deixá-lo em banho-maria até que o Senado vote a **reforma tributária** do consumo. Já os pontos da MP 1.171, prestes a perder a validade, deverão ser transplantados para outra MP em condições de ser aprovada ainda este ano.

Será importante manter a estratégia de fazer um debate por vez, pois os temas são polêmicos, a agenda é longa e é grande o risco de perder o foco.

O primeiro item dela é consolidar o novo marco fiscal. É por isso que, já há algum tempo, uma preocupação central na Fazenda é tornar viável um nível de arrecadação suficiente para zerar o déficit primário em 2024. Dois interlocutores de Haddad, de áreas totalmente diferentes, disseram à coluna que o ministro "só pensa nisso".

A própria proposta do arcabouço ainda está em exame no Congresso Nacional. O texto passou pela Câmara e foi aprovado com alterações no Senado. Nesse caso, os pontos modificados precisam ser submetidos aos deputados.

A **reforma tributária** do consumo, por sua vez, chegou ao Senado precisando de ajustes, segundo avaliou Haddad. Alguns pontos precisarão ser "limados", disse. Eduardo Braga terá apoio da área técnica da Fazenda e do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo se comenta nos bastidores, o senador quer fazer contas antes de formar opinião sobre a proposta.

Na primeira metade do ano, a agenda avançou de forma inédita e isso distensionou o ambiente. Porém, os debates estão longe de acabar. Será importante conduzi-los com cautela, para que a perspectiva de melhora da economia não se perca.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-trailer-da-reforma-do-imposto-de-renda.ghtml>

Governo cria pacote para ter "déficit zero" em 2024

O governo federal vai enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 com meta de resultado primário igual a zero, conforme previsto no novo arcabouço fiscal. Para atingir esse objetivo, o texto abrigará uma série de medidas que serão usadas para aumentar a arrecadação, como os projetos de taxação de "offshore" e fundos fechados e mudanças nos juros sobre capital próprio (JCP). A situação do JCP ainda não está definida.

O governo pode tanto extinguir o mecanismo quanto alterá-lo (ver texto abaixo).

Mas o governo também já admite que a votação desses projetos poderá ficar para o fim deste ano, a fim de não atrapalhar a tramitação da **reforma tributária** sobre o consumo no Senado.

"Nós vamos perseguir [resultado primário igual a] zero", garantiu ontem uma fonte ao Valor.

Faz parte da estratégia do governo federal o envio até 31 de agosto para o Congresso dos projetos que tratam da tributação sobre fundos fechados e das alterações nas regras do JCP, para que ambos constem no Orçamento de 2024.

Mas a fonte reconhece que "é ruim abrir vários flancos de discussões duras no Congresso", em um momento em que o governo federal tenta aprovar a **reforma tributária** sobre consumo no Senado.

Esse alerta já foi feito publicamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), na segunda-feira. Mas também em conversas privadas pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pelo relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), segundo a fonte.

"Esses projetos (de tributação de fundos exclusivos e alterações em JCP) precisam ser aprovados neste ano, mas pode ser depois de outubro", afirma.

No caso da tributação de fundos exclusivos, "existe um entendimento tanto do ponto de vista empresarial quanto do ponto de vista político que dá para avançar" na aprovação. A estimativa de arrecadação é de R\$ 10 bilhões.

Já para a tributação de "offshores", o plano é

apresentar junto a uma nova medida provisória (MP) o conteúdo da MP que trata do tema e que perderá validade no fim de agosto. A proposta, com expectativa de arrecadação de "um pouco menos" do que R\$ 10 bilhões, é considerada essencial porque servirá para compensar as perdas fiscais com a atualização da tabela do Imposto de Renda (IR).

Além dessas medidas, o governo federal conta com outras que considera ainda "mais importantes" para zerar o déficit de 2024: R\$ 50 bilhões do projeto de lei (PL) do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e um projeto de lei ou programa que permita às empresas regularizarem sua situação após a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito dos incentivos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No caso do PL do **Carf**, "a tendência é passar [no Senado] o texto aprovado" pela Câmara dos Deputados, diz a fonte. Parte desse otimismo vem do fato de o senador Otto Alencar (PSD-BA) ter sido escolhido como relator do texto. Alencar foi um dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do **Carf**, em meados da década passada, e tem boa relação com a equipe econômica.

"É alguém que sabe que o **Carf** pode ser um grande problema", diz a fonte.

Em um cálculo "muito conservador", o governo federal projeta que, com a aprovação do PL do **Carf**, R\$ 50 bilhões entrarão nos cofres em 2024.

Ainda está no radar a possibilidade de um programa mais amplo para empresas regularizarem a sua situação, após a decisão do STJ em abril que proibiu as companhias de abaterem incentivos fiscais concedidos por meio do ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A **Receita Federal** passou a oferecer a partir de maio a possibilidade de regularização voluntária para as empresas, com algumas vantagens.

Mas o governo federal estuda oferecer essa oportunidade para as companhias "por lei" ou um "programa, que não é um Refis".

Por fim, outra opção para aumentar a arrecadação é a

ampliação das transações tributárias. A leitura no governo federal é que existe um grande estoque de litígio no Judiciário - além da questão do STJ - que pode ser tratado em programas específicos.

Para 2023, o governo federal projeta déficit primário de R\$ 145,4 bilhões, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a do Planejamento, Simone Tebet, têm como meta informal se aproximar de um déficit de R\$ 100 bilhões.

Receita passou a oferecer possibilidade de regularização voluntária

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1§ion=1)**

MP prevê taxa de 18% sobrejogos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou nesta terça-feira a medida provisória (MP) que regulamenta as apostas esportivas.

A previsão é que as empresas paguem uma alíquota de 18% sobre a receita obtida com os jogos (chamada de GGR, ou gross gaming revenue), descontados os prêmios pagos aos jogadores. A norma afirma que no máximo 82% serão destinados às plataformas de aposta para "cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa".

Além disso, 3% ficarão para o Ministério do Esporte e 1,63%, para entidades esportivas que tiverem a marca explorada. A medida tem força de lei imediatamente, mas pode perder a eficácia caso não seja aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias.

A norma dá ao Ministério da Fazenda o poder para detalhar ainda mais as regras das apostas e da arrecadação da verba. Também determina que a pasta deverá fiscalizar a atividade e "requisitar dos agentes regulados informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis, dados, documentos, certificados, certidões e relatórios".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que a previsão de arrecadação está na casa dos R\$ 2 bilhões, valor que será incorporado à proposta orçamentária, mas o potencial real tende a ser maior.

"A expectativa da **Receita Federal** sobre a receita é muito menor do que a estimativa do próprio setor e as projeções preliminares da Secretaria de Reformas Econômicas. Então, ela [a medida] vai no Orçamento, mas com uma projeção baixa, na casa de R\$ 2 bilhões", disse Haddad na última quinta-feira.

Segundo ele, a estimativa conservadora ganha preferência para transmitir a mensagem de que "o Orçamento está sendo feito em bases sólidas".

LULA PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA QUE LIBERA JOGOS DE AZAR NO PAÍS

MATHEUS TEIXEIRA NATHALIA GARCIA FOLHAPRESS

Brasília, DF - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou nesta terça-feira (25) a MP (medida provisória) que regulamenta as apostas esportivas. A previsão é que as empresas paguem uma alíquota de 18% sobre a receita obtida com os jogos (chamada de GGR, ou gross gaming revenue), descontados os prêmios pagos aos jogadores.

A norma afirma que no máximo 82% serão destinados às plataformas de aposta para "cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa".

O texto prevê que o dinheiro arrecadado será destinado a áreas como segurança pública, educação básica, clubes esportivos e ações sociais. Do volume a ser distribuído, 3% ficarão para o Ministério do Esporte e 1,63%, para entidades esportivas que tiverem a marca explorada.

Ainda serão direcionados 2,55% ao FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) para ações de combate à manipulação de apostas, à lavagem de dinheiro e a demais atos de natureza penal.

Em maio, a Fazenda desenhou uma proposta na qual previa a cobrança de uma alíquota de 16%. A elevação da tributação para 18% acompanhou o aumento do repasse para o Ministério do Esporte, que saltou de 1% para 3%.

A ampliação de recursos coincide com o momento em que a pasta tem sido cobijada pelo centrão, que intensificou a pressão para que o presidente Lula faça uma **reforma ministerial** mais ampla. A ministra Ana Moser (Esporte) é uma das mulheres que têm a permanência ameaçada no governo.

Haverá também tributação de 30% referente ao IR (Imposto de Renda) sobre prêmios recebidos pelos apostadores que ficarem acima da faixa de isenção de R\$ 2.112.

Os prêmios que não forem retirados pelos ganhadores no prazo de até 90 dias serão revertidos ao Fies (Financiamento Estudantil) até 24 de julho de 2028. Após essa data, os recursos serão recolhidos pelo Tesouro Nacional e poderão ser usados pela União.

A MP tem força de lei imediatamente, mas pode perder a eficácia caso não seja aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias.

A norma dá ao Ministério da Fazenda o poder para detalhar ainda mais as regras das apostas e da arrecadação da verba. Também determina que a pasta deverá fiscalizar a atividade e "requisitar dos agentes regulados informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis, dados, documentos, certificados, certidões e relatórios".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que a previsão de arrecadação está na casa dos R\$ 2 bilhões, valor que será incorporado à proposta orçamentária, mas o potencial real tende a ser maior.

"A expectativa da **Receita Federal** sobre a receita é muito menor do que a estimativa do próprio setor e as projeções preliminares da Secretaria de Reformas Econômicas. Então, ela [a medida] vai no Orçamento, mas com uma projeção baixa, na casa de R\$ 2 bilhões", disse Haddad na última quinta-feira (20).

Segundo ele, a estimativa conservadora ganha preferência para transmitir a mensagem de que "o Orçamento está sendo feito em bases sólidas".

A pasta projeta que, uma vez que o mercado esteja totalmente regulado, o potencial de arrecadação anual ficará entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

A MP também proíbe a participação em apostas, de forma direta ou indireta, de menores de 18 anos, agentes públicos com atribuições relacionadas à regulação e à fiscalização da atividade em nível federal, pessoas que possam ter "qualquer influência" nos resultados dos jogos, como treinadores, árbitros e atletas, entre outros.

Fica ainda estabelecido que somente as empresas habilitadas poderão receber apostas relacionadas a eventos esportivos oficiais, organizados por federações, ligas e confederações.

Será criada uma secretaria no Ministério da Fazenda responsável pela análise de documentos para aprovação ou não do credenciamento das empresas de apostas no país.

Esse órgão também acompanhará o volume de apostas e a arrecadação.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6041>

Empresa de aposta poderá ter compensação

Idiana Tomazelli, Matheus Teixeira e Nathalia Garcia

O Ministério da Fazenda deve flexibilizar os valores a serem pagos por empresas de apostas pelo direito de atuar no Brasil. O aceno é uma forma de compensar as operadoras após a tributação sobre o setor ficar acima do que vinha sendo anunciado pelo próprio Executivo.

Nesta terça-feira (25), o presidente Lula (PT) editou a MP (medida provisória) que regulamenta o mercado no país. O texto prevê uma taxa de 18% sobre as receitas obtidas com jogos, deduzidos os prêmios pagos (GGR na sigla em inglês, de "gross gaming revenue"). A alíquota é maior do que os 16% divulgados anteriormente pela Fazenda.

O adicional engordou a cota destinada ao Ministério dos Esportes, que usará os recursos para fomentar categorias de base nas modalidades esportivas. Foi uma decisão do presidente, em conjunto com demais ministros, tomada na segunda-feira (24).

"Nós já fomos autorizados pelo secretário-executivo e pelo ministro da Fazenda a estudar medidas que pudessem diminuir um pouco o impacto para as empresas operadoras", disse à Folha o assessor especial Francisco Manssur, da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

Segundo ele, uma das opções em discussão é flexibilizar a outorga -valor pago pelas empresas pelo direito de operarem no Brasil.

"A gente tinha uma ideia inicial de fazer uma outorga de R\$ 30 milhões por cinco anos [de exploração das apostas], e nós estamos estudando algumas variáveis para ou diminuir valor, ou aumentar o período de validade da outorga."

Manssur ressalta que, embora a alíquota tenha ficado maior que o planejado, a cobrança no Brasil ainda é uma das menores praticadas no mundo. Entre os mercados mais relevantes, apenas Bélgica (n%), Reino Unido (15%) e Suécia (18%) taxam a GGR em patamar inferior ou igual à adotada pelo governo brasileiro. Na França, chega a 54,9%.

Além da tributação dos ganhos das empresas, a MP também prevê uma tributação de 30% referente ao IR (Imposto de Renda) sobre prêmios recebidos pelos apostadores que ficarem acima da faixa de isenção de R\$ 2.112.

Fernando Haddad (Fazenda) tem dito que a previsão de receita com as apostas está na casa de R\$2 bilhões, valor que será incorporado à proposta orçamentária de 2024, mas o potencial real tende a ser maior.

Entenda a regulamentação

O que prevê a MP?

As empresas conhecidas como bets passarão a pagar uma alíquota de 18% sobre a receita obtida com os jogos (chamada de GGR-gross gaming revenue), descontados os prêmios pagos aos jogadores

Haverá tributação de 30% referente ao Imposto de Renda sobre prêmios recebidos pelos apostadores que ficarem acima da faixa de isenção de R\$ 2.112

Como será distribuída a arrecadação?

10% serão destinados à **seguridade social**, 3% vão para ao Ministério do Esporte, 2,55% serão direcionados ao FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) para ações de combate à manipulação de apostas e à lavagem de dinheiro.

O repasse para entidades esportivas será de 1,63%, e, para a educação básica, de 0,82%

Qual é a previsão de arrecadação?

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que a previsão está na casa dos R\$ 2 bilhões. A pasta projeta que, uma vez que o mercado esteja totalmente regulado, o potencial de arrecadação anual ficará entre R\$6 bilhões e R\$ 12 bilhões

Quem está proibido de participar das apostas?

Menores de 18 anos; agentes públicos com atribuições relacionadas à regulação e à fiscalização da atividade em nível federal; pessoas que possam ter qualquer influência nos resultados dos jogos, como treinadores, árbitros e atletas; pessoas que tenham ou possam ter acesso aos sistemas informatizados

de loteria de apostas; além de pessoas inscritas nos cadastros nacionais de proteção ao crédito

As medidas estão em vigor?

A MP tem força de lei imediata, mas perde a validade caso não seja aprovada pelo Congresso em até 120 dias

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f452f5e2828956071f44b>

Bets devem recolher 18% em impostos

EDLA LULA

Empresas que atuam no mercado de apostas esportivas, mais conhecidas como bets, terão que repassar ao governo 18% do que ganharem com o "Gross Gaming Revenue" (GGR), o valor que sobra após o pagamento dos prêmios aos jogadores. A determinação está na Medida Provisória 1182/2023, que regulamenta as bets, encaminhada ontem pelo governo ao Congresso Nacional.

E os valores recebidos pelos apostadores estão sujeitos à cobrança de Imposto de Renda. Todos os prêmios que ultrapassem a faixa de isenção, hoje em R\$ 2.112, serão tributados em 30%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que, inicialmente, a taxação representará um incremento de apenas R\$ 2 bilhões por ano na arrecadação federal. Por isso, esse será o montante incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, em elaboração no Ministério do Planejamento. Estudos feitos pelos técnicos da Fazenda, no entanto, apontam que, com o crescimento e sedimentação do segmento no país, "o potencial de arrecadação anual gira entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões".

Dos 18% sobre o GGR, 2,55% serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para ações de combate à manipulação de apostas, à lavagem de dinheiro e demais atos de natureza penal que possam ser praticados no âmbito das apostas ou relacionados a ela. Outros 0,82% serão destinados à educação básica; 1,63% para os clubes esportivos; 10% à **seguridade social** e 3% para o Ministério do Esporte.

Além da MP, o governo enviou à Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que trata da estrutura e dos processos administrativos para fiscalização desse mercado de apostas esportivas.

Os dois textos criam as regras para o mercado de apostas por quota fixa, autorizado pela Lei 13.756/2018, que ainda não havia sido regulamentada. Pelos textos, somente as empresas habilitadas poderão receber apostas relacionadas a eventos esportivos oficiais, organizados por federações, ligas e confederações.

As empresas não habilitadas incorrerão em práticas ilegais e estarão proibidas de realizar qualquer tipo de

publicidade, inclusive em meios digitais.

Saúde mental

A MP traz ainda uma lista das pessoas que não poderão participar de apostas esportivas. Estão relacionados, por exemplo, os menores de 18 anos, os dirigentes das empresas de apostas e os agentes públicos responsáveis pela regulação ou fiscalização da atividade.

Os textos estabelecem ainda que as empresas de apostas deverão promover ações informativas e preventivas de conscientização de apostadores e de prevenção ao transtorno do jogo patológico.

Segundo o ministério da Fazenda, "a iniciativa visa a garantir a saúde mental dos apostadores, evitando que as apostas se transformem em um vício".

As regras de comunicação, publicidade e marketing, como horário de veiculação de propagandas e formato de anúncios on-line, serão elaboradas em parceria com o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar).

A medida prevê, ainda, a criação, no Ministério da Fazenda, de secretaria responsável pelo credenciamento das empresas de apostas no país.

Arrecadação desacelera

A arrecadação tributária da União caiu no mês passado na comparação com junho de 2022. O resultado de R\$ 180,5 bilhões representou recuo real (descontada a **inflação**) de 3,37%. Foi a segunda queda na arrecadação neste ano, informa a Agência Brasil.

Em março, houve recuo real de 0,42%. Ainda assim, no primeiro semestre deste ano, a arrecadação foi recorde, alcançando R\$ 1,14 bilhão, acréscimo acima da **inflação** de 0,31%, em relação aos primeiros seis meses do ano passado. O valor acumulado é o maior da série desde 1995.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/26/all.pdf>

Regulamentação de apostas é positiva, mas taxaço não pode ser única meta (Editorial)

Ainda que tardia, é positiva a decisão do governo de regulamentar as apostas esportivas.

A Medida Provisória (MP) fixando as regras para o setor entrou em vigor imediatamente, mas ainda terá de ser apreciada pelo Congresso num prazo de 120 dias, ou perderá a validade. Um dos principais aspectos da nova legislação é que as empresas, conhecidas como bets, serão taxadas em 18%. O percentual é maior que o anunciado em maio, quando o Ministério da Fazenda indicara tributação de 16%.

Estimativas da Fazenda projetam uma arrecadação de até R\$ 2 bilhões em 2024, podendo chegar a valores entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões nos anos seguintes. Nada mau para um governo que faz malabarismos para aumentar as receitas e tentar viabilizar as metas fiscais. De acordo com a MP, a maior parte da taxaço irá para a **seguridade social** (10%) e para o Ministério do Esporte (3%). Também serão beneficiados o Fundo Nacional de Segurança Pública (2,55%), clubes e atletas que tiverem seus nomes ligados às apostas (1,63%) e a educação básica (0,82%).

É incompreensível como o país levou tanto tempo para regulamentar as apostas, deixando a atividade no limbo e renunciando a uma arrecadação que só tende crescer diante da profusão de empresas que atuam no setor. A Lei 13.576/18, que trata do assunto, foi sancionada em 2018, ainda no governo Michel **Temer**, mas dependia de regulamentação.

A pressão de grupos contrários não faz qualquer sentido, uma vez que anúncios estão por toda parte. Estima-se que existam mais de 8 mil sites de apostas no mundo e ao menos 500 operando no Brasil. Não regulamentar não acabaria com a prática.

Embora importante, o aspecto arrecadatário não pode ser a única preocupação. Há muito o mercado precisa de regras para prevenir fraudes.

Isso ficou patente no escândalo de manipulação de resultados que veio à tona no início deste ano após denúncia do Ministério Público de Goiás. O que parecia ser um esquema localizado revelou-se algo maior, alcançando a elite do futebol brasileiro.

Jogadores cooptados pela quadrilha recebiam dinheiro

para cometer pênaltis ou levar cartões, favorecendo apostas fraudulentas.

O problema é que essas fraudes, que não acontecem só no Brasil, afetam a credibilidade do futebol. Como acreditar em campeonatos de cartas marcadas?

Daí a necessidade de uma legislação que coíba essas práticas nefastas.

É verdade que a MP estabelece algumas normas para disciplinar o setor (como o veto à participação de jogadores, técnicos e árbitros em apostas), além de prever multas para as empresas que não respeitem as regras. Mas tudo dependerá de como será a fiscalização, e o Ministério da Fazenda não parece o órgão mais adequado para fazer essa vigilância, a não ser na questão tributária. Evitar fraudes como as denunciadas pelo MP de Goiás deveria ser questão central da regulação. Se o objetivo for meramente arrecadar mais, o futebol será o grande derrotado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ministério quer rastrear todos os devedores do Fies

O ministro da Educação, Camilo Santana, disse ontem, em entrevista à GloboNews, que pediu ao **INSS** e à **Receita Federal** para rastrearem os dados de devedores do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) antes de formatar um novo programa de financiamento estudantil que deverá ser lançado com viés mais social. A participação no programa, que oferece empréstimos para estudantes pagarem parte das mensalidades em universidades privadas, tem diminuído ao longo do tempo - muito em função de suas regras.

Segundo o ministro, chegou-se a ter 700 mil pessoas financiadas por ano, mas hoje não passam de 50 mil.

As informações são do g1.

Alvo de críticas, o Fies não garante o financiamento de 100%, e os alunos, sem condições de pagar o restante, acabam depois se endividando. "O Fies deixou de ser um programa social para ser um programa financeiro.

O Fies vai voltar a ser um programa social e vai ter um novo programa de renegociação das dívidas porque grande parte [dos alunos] estão endividados", disse Santana.

Ele não deu detalhes sobre como será o "Fies repaginado", mas disse que "vai voltar a financiar o teto".

O ministro tampouco disse como será a parte de renegociação das dívidas de quem está devendo hoje, mas contou que foi feito um trabalho para identificar o "tipo da dívida".

"O que fizemos: pedimos os dados do **INSS** e da **Receita Federal** para cruzar informações porque nem as informações a gente tinha em relação ao tipo da dívida, ao tipo de devedor, para saber se essa pessoa não pagava porque não queria ou porque não podia", afirmou.

Segundo ele, "essas informações estão sendo cruzadas para saber se essa pessoa está trabalhando, se está no mercado formal de trabalho".

No fim de maio, o g1 revelou que alunos de baixa renda que cursavam medicina por meio do Fies

cogitavam abandonar o curso por causa da diferença entre o alto custo das mensalidades e o teto de financiamento do programa. Em junho, o MEC aumentou de R\$ 52,8 mil para R\$ 60 mil o valor máximo financiado por semestre para curso de medicina

Camilo Santana reforça a importância do programa

O ministro defendeu o programa de empréstimo como forma de aumentar o número de estudantes no ensino superior e, assim, alcançar a meta para essa área.

"É importante as pessoas saberem que 85% das nossas universidades, dos cursos superiores no Brasil são privados. Para a gente atingir as metas do Plano Nacional de Educação, precisamos colocar estudantes dentro das universidades privadas. Então, o financiamento é muito importante para as pessoas carentes", defendeu Santana.

Camilo Santana afirmou que ainda está em discussão dentro do governo se o novo Fies será apresentado em um projeto de lei (que, para entrar em vigor, precisará antes ser aprovado no Congresso Nacional) ou em uma medida provisória, que tem validade imediata e só depois que passa pelo Legislativo.

"Nós já temos pronto um projeto de lei. O presidente [Lula] vai decidir se vai ser uma medida provisória, se vai ser através de um projeto de lei", disse, acrescentando que isso está em discussão com a Casa Civil.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-dff3857dfedae64324c3924fe0009be.pdf

Cesta básica aprovada não diferencia rico de pobre, dizem analistas

Leonardo Vieceli

Prevista na **Reforma Tributária** aprovada na Câmara, a criação de uma cesta básica nacional com tributação zerada é alvo de críticas de uma parcela dos analistas por sinalizar o mesmo tratamento a ricos e pobres, desonerando os produtos, não os consumidores com menor renda.

Além disso, a definição dos alimentos que devem entrar ou não na lista é incerta até o momento. A composição da cesta só deve ser fixada posteriormente, por meio de lei complementar, o que é visto como desafio para as discussões mais à frente.

"Se você estabelece a isenção para carne, por exemplo, aquela que é consumida pelos mais pobres e aquela que é consumida pelos mais ricos não serão tributadas. Isso faz o governo perder muito dinheiro que poderia ser alocado exclusivamente para os mais pobres", diz o pesquisador Leonel Pessoa, do núcleo de estudos fiscais da FGV Direito SP.

"Se a laranja for isenta de imposto, pode surgir outra questão: o suco de laranja também será isento ou não? São situações que ficam em uma zona de limite. Você não sabe se elas se encaixam ou não naquilo que a norma está isentando."

Na versão anterior da reforma, as mercadorias da cesta básica teriam uma tributação equivalente a 50% da alíquota geral a ser aplicada sobre bens e serviços no Brasil -esse percentual também não foi definido ainda.

Como contrapartida, estava em análise a devolução de parte da arrecadação para os consumidores na forma de cash-back. A intenção seria transferir uma parcela maior para os mais pobres.

A ideia, contudo, esbarrou no temor de aumento na carga tributária na comparação com o quadro atua.

Atualmente, produtos da cesta básica já contam com desonerações de **impostos** federais e têm diferentes regimes nos estados, que podem zerar ou reduzir as alíquotas de ICMS.

Após a pressão, o texto teve alterações e passou a prever a cesta básica nacional zerada. A reforma foi

encaminhada para apreciação do Senado e ainda está sujeita a novas alterações.

Para o economista-chefe da corretora Warren Rena, Felipe Salto, a definição de uma cesta única no país, por lei complementar, é uma "boa ideia".

Porém, segundo ele, é necessário cuidado para evitar que a medida contemple "uma infinidade de itens", o que geraria efeitos fiscais "preocupantes" sobre a arrecadação.

Na visão dele, a ideia do cashback sobre a cesta era positiva por permitir a devolução dos recursos.

O economista Sérgio Gobetti vai na mesma linha. De acordo com o pesquisador, que hoje atua na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, o cashback seria um mecanismo mais eficiente para mitigar a regressividade -característica de um sistema que arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos.

Se a laranja for isenta de imposto, pode surgir outra questão: o suco de laranja também será isento ou não? São situações que ficam em uma zona de limite

Leonel Pessoa, pesquisador do núcleo de estudos fiscais da FGV Direito SP

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f452f5e2828956071f44b>

Simplificação tributária sob risco (Artigo)

Alexandre Mello

O governo federal conseguiu sua vitória mais significativa até o momento com a aprovação, na Câmara dos Deputados, por larga maioria, do projeto de **reforma tributária** defendido pelo Planalto. Um feito merecidamente celebrado pelos atores políticos envolvidos.

No entanto, passada a euforia inicial, é necessário separar o joio do trigo no texto que foi votado. Este buscou se orientar por princípios como o da progressividade e o da simplificação.

Quanto ao primeiro quesito, sem dúvida, alcançaram-se alguns avanços.

Destacam-se a inclusão das previsões permitindo a cobrança de IPVA sobre veículos aéreos e aquáticos de luxo, como jatinhos e iates, e a fixação de alíquotas maiores na taxaço das heranças mais vultosas. Nada mais justo. Paga mais quem tem mais para pagar.

Paradoxalmente, é em relação ao segundo aspecto, o da simplificação, que as coisas começam a se complicar. Prometia-se pôr fim ao famigerado "manicômio tributário" brasileiro, com a substituição de cinco **tributos** por um único. Em vez de um, porém, acabaram criando quatro: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto Seletivo e Contribuição para os Estados.

O que poderia ser encarado até como um relativo progresso assume contornos preocupantes quando se depara com as incertezas nos fundamentos desses novos **tributos**.

Não fica claro como seriam estabelecidas as renúncias, não é apresentada qualquer projeção de arrecadação, e há uma dependência de leis complementares para que as mudanças passem de fato a valer.

Mas o pomo da discórdia tem sido a pretensão de criar um Conselho Federativo, órgão com competência para editar normas, uniformizar interpretações, arrecadar imposto e distribuí-lo entre estados e municípios. Tal instância, supostamente técnica, teria superpoderes para dirigir a fatia mais gorda da tributação nacional, hoje equivalente a cerca de 9% do **PIB** (ICMS e ISS).

Governadores e prefeitos têm manifestado o receio de

que tal modelo de gestão compartilhada provoque um esvaziamento da sua autonomia para administrar os recursos arrecadados.

Imagina ter de explicar aos seus eleitores que tal obra não pôde ser realizada porque, por decisão de um colegiado de sábios tributários, o imposto que eles pagaram teve de ir para outro canto do país?

Não fosse o bastante, a estrutura aventada ainda elimina o controle pelos Fiscos estaduais das devoluções de créditos tributários, que passariam a contar com a chancela automática do polêmico conselho. Há o risco de que isso sirva como um fomento a fraudes, com empresas recebendo indevidamente valores por meio de notas frias.

Esperamos que esses e outros problemas da reforma sejam discutidos com os devidos equilíbrio e profundidade pelo Senado. Do contrário, o retumbante triunfo inicial da iniciativa se revelará uma vitória de pirro.

Incertezas nos fundamentos dos novos **tributos** preocupam.

Não está claro como serão as renúncias

Alexandre Mello é presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do RJ

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma Tributária chega ao Senado com pontos de avanço para setor de serviços

A líquotas diferenciadas para vários segmentos do setor de serviços, não cumulatividade plena e geração de créditos por empresas do Simples Nacional. Três pontos considerados cruciais para a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foram incluídos na **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho.

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 representou um momento histórico esperado há décadas, avalia o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

-Contribuímos de forma significativa para aperfeiçoar a proposta da **Reforma Tributária**. Se ainda não é a reforma ideal, tenham a certeza de que trouxemos avanços que beneficiam o setor terciário e seguiremos acompanhando a tramitação no Senado. Estamos diante da perspectiva de contar com uma realidade fiscal mais transparente e com maior segurança jurídica, duas qualidades fundamentais para fortalecer e impulsionar a economia - ele afirma.

Na avaliação da CNC, a garantia de não cumulatividade plena é o principal ponto de melhoria, na medida em que evita a incidência de **impostos** em cascata e a consequente oneração do contribuinte final. A Confederação também considera positivo o tratamento diferenciado disposto no texto para serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, bares, restaurantes, aviação regional e operações com bens imóveis.

Outro destaque relevante, para a CNC, é a redução de 60%, podendo chegar a 100%, das alíquotas de imposto para serviços de educação, serviços de saúde, dispositivos médicos, alguns medicamentos, transporte público coletivo, produtos agropecuários in natura, produtos da cesta básica, atividades desportivas, artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

ATUAÇÃO DECISIVA Desde o início das atividades do grupo de trabalho formado na Câmara dos Deputados para discutir a pauta, a CNC participou ativamente dos debates e das audiências públicas e apresentou cálculos sobre os impactos das propostas do governo.

A Confederação entregou um estudo demonstrando que, caso a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) fosse fixada em 25%, os serviços seriam onerados com um aumento de até 207% na carga tributária, e o comércio teria uma alta de até 40%. O impacto nos segmentos foi minimizado com a atuação da CNC.

- A **Reforma Tributária** não pode penalizar o setor de serviços, que foi o primeiro a ajudar os brasileiros na fase difícil de recuperação pós-pandemia - afirma Tadros.

Essa postura culminou no atendimento de importantes demandas do setor terciário. Entre elas, a garantia de regime tributário favorecido aos bens produzidos nas Áreas de Livre Comércio, a exemplo do que ocorre com a Zona Franca de Manaus. Esse foi um ponto defendido pela CNC e que chegou ao texto aprovado pelos deputados.

EMENDA EMPREGO O trabalho da CNC continua com a tramitação da **Reforma Tributária** no Senado.

A entidade pretende defender proposta denominada Emenda Emprego, que altera o texto de forma a prever alíquotas decrescentes do novo imposto para atividades que tenham maiores gastos com mão de obra - ou seja, ampara empresas que gerem mais empregos.

É o caso de serviços classificados como de meio de cadeia produtiva, como os de limpeza e de segurança.

Os setores também deverão tentar, como alternativa, que sejam incluídos na taxa reduzida a 40% da alíquota cheia, como foram classificados outros serviços.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária -como ficará?

DIVULGAÇÃO/ OAB-MG

A Câmara dos Deputados aprovou a PEC que altera tributação do consumo. Agora caberá ao Senado apreciar o texto aprovado.

Objetivando simplificar o sistema tributário brasileiro e reduzir a litigiosidade, o texto aprovado na Câmara (que teve emendas apresentadas "no calar da noite") enfrenta críticas que apontam um resultado diferente do almejado. Sem aprofundar, vejamos:

a) O novo sistema de tributação sobre o consumo entrará em vigor em 2026, mas até 2032 conviverá com o atual.

b) A PIS, a Cofins e o IPI cederão lugar à Contribuição Sobre Bens e Serviços - CBS (federal), e o ICMS e o ISSQN cederão lugar ao Imposto Sobre Bens e Serviços - IBS (estadual e municipal). A União legislará sobre o IBS e haverá um Conselho Federativo composto por representantes dos Estados e Municípios, com a função de gerir e regulamentar o IBS, cujas deliberações contarão com maior peso de decisão dos Estados mais populosos.

c) A CBS e o IBS terão o mesmo fato gerador, base de cálculo, contribuintes e imunidades, incidindo sobre prestações de serviços e sobre operações com mercadorias e com utilidades em geral (como locações e utilidades digitais). Especulam-se alíquotas elevadas para a CBS, com aumento da tributação de alguns setores, como o de serviços.

As alíquotas do IBS serão definidas pelos estados e municípios, o qual será devido no local do destino no caso de operações intermunicipais ou interestaduais. Serão **tributos** não cumulativos, mas já se desenha que essa não cumulatividade não será plena, além de haver insegurança quanto ao que será legislado

em diplomas infraconstitucionais. O aproveitamento de créditos no IBS poderá ser condicionado ao efetivo pagamento do imposto pelo fornecedor, ensejando em prejuízos ao contribuinte e no aumento de preços ao consumidor. A CBS e o IBS poderão ter regimes diferenciados de tributação, conforme definido em lei complementar, como, por exemplo, redução em 60% das alíquotas quando se tratar de bens e serviços ligados à educação, saúde, acessibilidade, alimentação e higiene pessoal humana.

d) Os atuais incentivos fiscais de ICMS, como

reduções de base de cálculo, serão reduzidos proporcionalmente a partir de 2029, findando-se em 2032.

e) Está previsto um sistema de cashback para devolução parcial do IBS às famílias de baixa renda, cujos critérios serão definidos em lei complementar.

f) A CBS e o IBS serão inseridos no Simples Nacional, mas os optantes por este regime não terão créditos a compensar, embora transfiram créditos aos adquirentes de seus bens e serviços considerando-se o montante pago na sistemática simplificada, e não as alíquotas próprias desses **tributos**. Poderão os optantes do Simples Nacional escolher por pagar a CBS e o IBS separadamente e integralmente, com o fim de gerar créditos integrais aos seus clientes.

g) Será criado um Imposto Seletivo - IS (federal), que incidirá sobre operações com produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente e cujas alíquotas serão definidas pelo executivo, excetuando-se então ao princípio da legalidade (e também ao princípio da anterioridade). O IS, a CBS e o IBS incidirão inclusive sobre operações com energia elétrica, telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais. Biocombustíveis deverão ter regime fiscal favorecido, a ser definido.

i) Poderão os estados instituir uma Contribuição Sobre Produtos Primários e Semielaborados com o objetivo de financiar obras de infraestrutura e habitação, a qual será estabelecida como condição à aplicação de diferimentos, regimes especiais e tratamentos diferenciados de ICMS.

j) Fora a tributação do consumo: o IPVA, que já tem alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo, também poderá ter alíquotas diferenciadas em função do seu valor e impacto ambiental, passando a incidir, também, sobre aeronaves e embarcações. O ITCD terá alíquotas progressivas e o IPTU poderá ter sua base de cálculo atualizada por simples decreto municipal.

Essas são, em resumo, as principais alterações previstas no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Vislumbra-se que não atingirá seu objetivo de simplificação e redução da litigiosidade. Fora isso, o texto demonstra um considerável aumento na carga tributária de diversos setores, como para o setor de serviços, bem como aumento da insegurança jurídica em virtude, por exemplo, da competência

infraconstitucional para tratar de temas importantes da tributação. Desenha-se uma ofensa ao pacto federativo, com risco à integridade nacional, como já se manifestaram respeitadíssimos juristas.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Governo cede a estados e propõe aliviar regra de recuperação fiscal

Nathalia Garcia e Fábio Pupo

O Ministério da Fazenda decidiu atender a pleitos de governadores e propor uma série de mudanças nas regras do chamado Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado há seis anos e que concede alívio para a dívida de estados em crise em troca de um conjunto de medidas para melhorar as contas públicas.

O Tesouro Nacional promete ser mais tolerante com medidas específicas impostas hoje aos estados, como congelamento de salários do funcionalismo, e focar o alcance dos resultados prometidos. Na prática, as alterações devem representar uma flexibilização em relação ao desenho atual do programa de socorro.

As demandas vinham sendo feitas pelos estados que participam hoje do regime -Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás- e por Minas Gerais, cujo pedido de adesão feito no ano passado ainda não foi homologado pelo governo federal. A reclamação era que o regime impunha medidas muito severas, o que foi parcialmente reconhecido pelo Tesouro.

O tema avançou após uma reunião em maio entre o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e os governadores Cláudio Castro (PL-RJ), Eduardo Leite (PSDB-RS), Ronaldo Caiado (União-GO) e Romeu Zema (Novo-MG) -apontado como possível candidato ao Palácio do Planalto pela direita para 2026 depois que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi declarado inelegível.

No encontro, os governadores argumentaram que as receitas estaduais fugiram do controle por influência das mudanças no ICMS, articuladas pelo governo de Jair Bolsonaro em meio à corrida eleitoral, e citaram outros fatores de dificuldades-como o aumento do teto remuneratório do serviço público e consequentes reajustes automáticos para diferentes carreiras.

À Folha o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirma que as mudanças não representam uma flexibilização aos governadores, mas aperfeiçoamentos para que o programa se volte ao seu objetivo central: ajudar estados em situação de calamidade financeira. "O único interesse da União é que ele [estado] volte a ter condições de honrar a dívida", diz.

"Ele [RRF] não é tão punitivo quanto era, ele fica mais voltado para a indução de conduta, para incentivo. Se [o estado] performar seus resultados fiscais, ele tem mais flexibilidade. Se sair antes do regime, tem benefícios", afirma Ceron.

Entre as alterações, que serão propostas pelo governo por meio de um projeto de lei complementar, a que mais abranda as regras é a extensão do prazo máximo de permanência no regime de 9 para 12 anos. Segundo Ceron, a ampliação considera os efeitos da menor arrecadação dos estados após as mudanças no ICMS em 2022.

Durante a vigência do regime fiscal, o estado deve hoje respeitar atualmente um conjunto de proibições com o intuito de restringir a expansão das despesas e a concessão de benefícios fiscais. É o caso, por exemplo, da concessão de reajustes salariais, da realização de concursos públicos e do corte de alíquotas que reduza a arrecadação.

O governo quer agora dar mais liberdade para as contrapartidas oferecidas pelos estados, inclusive quanto à venda de ativos. Hoje, o regime demanda a apresentação de um plano que inclua medidas como a alienação de participação em estatais como parte do processo de ajuste. De acordo com Ceron, tais operações passarão a ser opcionais.

As modificações devem ser decisivas para destravar a homologação do pedido de adesão feito no ano passado por Minas Gerais, que enfrenta dificuldades políticas em sua Assembleia Legislativa para aprovar parte das medidas necessárias para o acordo com o Tesouro.

No estado, há uma resistência em revogar o adicional por tempo de serviço a que os servidores têm direito - um benefício já extinto na União e que também precisou ser revogado por outros estados que quiseram aderir ao RRF.

Em 2022, Zema precisou de uma medida cautelar do ministro Kassio Nunes Marques, do STF (Supremo Tribunal Federal), para não interromper o processo de adesão em trâmite no Tesouro.

O novo modelo proposto pelo Tesouro inclui também uma redução da penalidade imposta para quem

descumprir os itens previstos na época de adesão ao plano. Em vez de um incremento de até 30% nos encargos da dívida, a "multa" passa a ser gradual. A sanção será de 5% se houver descumprimento de alguma medida ao fim de cada ciclo de avaliação (seis meses).

Outra mudança é a criação de um incentivo para os estados se anteciparem ao prazo final e se desligarem antes do regime. Nesses casos, o ente ganha uma extensão para o pagamento de suas dívidas correspondente ao tempo que ainda teria caso continuasse no plano -por exemplo, se sai três anos antes do prazo, pode alongar o pagamento da dívida em três anos.

O Tesouro também propõe a possibilidade de os estados elevarem seus gastos além da **inflação** em caso de cumprimento das metas fiscais no ano anterior, desde que não haja comprometimento dos alvos para os exercícios seguintes (hoje, os estados devem contemplar um plano para evitar tal elevação).

A lógica atual segue um modelo semelhante ao do teto de gastos, que impede o crescimento real das despesas, e é considerada rígida demais para casos como o de Goiás -que tem situação um pouco melhor que os demais estados. Não haverá uma limitação percentual de quanto o gasto de cada ente poderá crescer acima da **inflação**.

Também serão elevados os limites para crédito quando a operação for voltada à reestruturação de passivos. Além disso, haverá autorização para empréstimos garantidos pela União para operações de financiamento para PPPs (parcerias público-privadas) que reduzam custos já existentes (por exemplo, a reforma de um hospital em modelo de PPP que corte gastos em relação ao modelo vigente).

As mudanças serão anunciadas pelo governo nesta quarta -feira (26) em meio a um pacote mais amplo de propostas voltadas aos estados e, se aprovadas pelo Congresso Nacional, representarão a segunda modificação estrutural nas regras do programa, criado em 2017 para socorrer entes em crise.

Apesar da série de concessões, o Tesouro Nacional não atendeu integralmente aos pleitos feitos pelos estados. A demanda pela redução dos juros das dívidas dos entes, por exemplo, ficou de fora por representar um forte subsídio da União.

Ele [RRF] não é tão punitivo quanto era, fica mais voltado para para incentivo. Se [o estado] performar seus resultados fiscais, ele tem mais flexibilidade.

Se sair antes do regime, tem benefícios

Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional

Entenda o RRF (Regime de Recuperação Fiscal) O que é?

Programa criado em 2017 para ajudar estados em grave desequilíbrio fiscal e que permite, por exemplo, a suspensão do pagamento de dívidas dos entes em troca de medidas de ajuste

Que estados fazem parte do regime?

Ri (desde 2017), Goiás (desde 2021) e Rio Grande do Sul (desde 2022).

Minas Gerais pediu para entrar no ano passado, mas ainda não teve o plano homologado

Quem pode aderir?

Estados que tenham, cumulativamente:

receita corrente líquida menor que a dívida consolidada;

despesas correntes superiores a 95% da receita corrente líquida ou despesas com pessoal de, no mínimo, 60%da receita corrente líquida;

valor total de obrigações maior que caixa

Que medidas de ajuste precisam ser implementadas?

Ficam vedados, por exemplo, reajustes salariais, concursos públicos e corte de alíquotas que reduza a arrecadação. Essas limitações, no entanto, podem ser flexibilizadas caso a medida não impacte o equilíbrio fiscal. Estado também precisa apresentar um plano com medidas como venda de ativos

O que propõe o Tesouro?

Maior foco em resultados fiscais

Gradação das penalidades em caso de descumprimento de medidas acordadas

Incentivos para saída antecipada do regime

Possibilidade de extensão do prazo do regime de 9 para 12 anos

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f452f5e2828956071f44b>

Os percalços da reforma administrativa

PEC em tramitação na Casa Baixa foi proposta pelo Governo Bolsonaro e precisa de 308 votos para aprovação

Com certeza não há concordância (na Câmara Federal).

Não tem como passar. Deverá ter um novo texto (da reforma administrativa)." ANDRÉ FIGUEIREDO, LÍDER DO BLOCÃO

Com o avanço das agendas reformistas na Câmara Federal, o presidente da Casa Baixa, Arthur Lira (PP-AL), defendeu uma mobilização pela reforma administrativa, em evento com o setor empresarial. O parlamentar disse que a proposta que muda benefícios e regras para o serviço público será o "próximo movimento" da Casa. O ambiente no Legislativo para apreciação da matéria, contudo, ainda mostra resistências.

O líder do bloco na Câmara dos Deputados, André Figueiredo (PDTCE), disse ao Globo que não há acordo para a reforma administrativa, editada pelo governo Jair Bolsonaro, avançar na Casa. Em alinhamento com o governo Lula, ele afirma que será necessário o envio de uma nova proposta. O bloco reúne o maior número de parlamentares com as legendas União Brasil, PP, PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade, Patriota.

"Com certeza não há concordância.

Não tem como passar. Deverá ter um novo texto", afirmou.

Sem defesa do Governo Federal André ainda acredita que essa não seja a prioridade do governo do momento. Além do arcabouço fiscal, que voltou para a aprovação dos deputados, a base de Lula deve concentrar esforços na aprovação da **reforma tributária** de consumo nas duas Casas, reforma do Imposto de Renda, taxaço de super-ricos e das apostas esportivas.

Líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA) afirmou que o texto depende do apoio do governo. "Se o governo não apoiar, (a reforma administrativa) não anda", argumentou.

Em declarações para a Folha de S. Paulo e o Uol, a ministra da Gestão, Esther Deweck, já disse ser contra a proposta de reforma administrativa do governo

anterior e afirmou que o governo Lula não vê a proposta como uma prioridade para reduzir custos na máquina pública.

Para ela, seria mais efetivo redimensionar a folha de pagamento para ajustar a necessidade de servidores a cada órgão.

Proposta precisa de amplo apoio A reforma administrativa em tramitação no Legislativo foi enviada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) ao Congresso em setembro de 2020. O texto tramita como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e precisa do apoio de, no mínimo, 308 deputados em dois turnos de votação.

Antes de serem enviadas para votação no plenário principal da Câmara, PECs têm de passar pela análise de duas comissões: a de Constituição e Justiça (CCJ) e uma especial, criada somente para avaliar o mérito da proposta. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada por comissão especial destinada a discutir a matéria em setembro de 2021. Desde então, a proposta segue travada na Casa. Lira quer retomar a discussão em meio a uma agenda de propostas e projetos reformistas aprovados pela Câmara, como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2486/26-07-2023/>

Agência Fitch sobe nota de crédito do Brasil

Por Manoel Ventura - Brasília

A agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de crédito do Brasil (rating soberano), em decisão anunciada nesta quarta-feira. A classificação subiu de BB- para BB . A perspectiva é estável. O Tesouro Nacional afirmou em nota que a decisão da agência corrobora os esforços empreendidos pelo governo para fortalecer o ambiente econômico e promover a consolidação fiscal.

Já existiam sinais de mudança na avaliação das agências de classificação de risco. Em junho, a Standard&Poor s (S&P) mudou a perspectiva da nota de crédito do Brasil de estável para positiva. Foi a primeira mudança desde 2019.

A elevação dos ratings do Brasil reflete o desempenho macroeconômico e fiscal acima do esperado em meio a choques sucessivos nos últimos anos, políticas proativas e reformas que apoiaram isso e a expectativa da Fitch de que o novo governo trabalhará para melhorias adicionais , afirma a agência.

O Ministério da Fazenda disse em nota que reitera seu compromisso com a agenda de reformas em curso, que contribuirá não apenas para o melhor balanço fiscal do governo, mas também levará à redução das taxas de juros e à melhoria das condições de crédito, ao mesmo tempo em que assegurará a estabilidade dos preços .

Desta forma, serão criadas as condições para a ampliação dos investimentos públicos e privados e a geração de empregos, aumento da renda e maior eficiência econômica, elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país , acrescenta o texto.

A decisão da Fitch coloca o Brasil a duas notas, na agência, da obtenção do grau de investimento - que é o selo de bom pagador.

Essa decisão funciona para o mercado financeiro como um termômetro das contas públicas brasileiras, já que evidencia a melhora na avaliação da agência em relação à capacidade do Brasil de honrar seus compromissos financeiros.

Esse tipo de informação pode influenciar na decisão de investidores estrangeiros alocarem capital no Brasil, o que pode acentuar ainda mais a atual trajetória de queda do dólar frente ao real, entre outros

efeitos.

A agência afirma que, apesar das persistentes tensões políticas desde o rebaixamento de 2018, o Brasil alcançou progresso em importantes reformas para enfrentar os desafios econômicos e fiscais. Acrescenta que o governo Lula defende um afastamento da agenda econômica liberal dos governos anteriores. Mas pondera: A Fitch espera que o pragmatismo e os freios e contrapesos institucionais mais amplos evitem desvios radicais de macro ou micropolítica, enquanto o governo também está buscando iniciativas para apoiar o setor privado (por exemplo, reforma tributária) .

A Fitch também espera que novas regras fiscais e medidas tributárias ancorem uma consolidação fiscal gradual. A Fitch ainda projeta que a dívida/PIB aumente, mas em um ritmo mais lento e a partir de um ponto de partida muito melhor do que o previsto anteriormente.

A agência também afirma que a nota do Brasil é sustentada por sua grande e diversificada economia, alta renda per capita e profundos mercados domésticos e um grande colchão de caixa que permitem a flexibilidade de financiamento do país e sua alta parcela da dívida em moeda local.

Segundo nota divulgada pela agência, desde um período de impasse durante a crise de 2015-2016, o Brasil alcançou importantes avanços políticos, incluindo a reforma previdenciária e a independência do Banco Central. E afirma que, desde que assumiu o cargo em janeiro, o presidente Lula conseguiu garantir a governabilidade e avançar em sua agenda política. Cita os avanços da aprovação do arcabouço fiscal e da reforma tributária.

As principais reformas fiscais ainda estão pendentes de aprovação final, mas registraram progressos importantes, incluindo uma nova estrutura fiscal, uma importante reforma do imposto sobre o consumo (que iludiu os governos por décadas), entre outros projetos de lei menores. Outras iniciativas têm enfrentado maior resistência no Congresso, inclusive as relacionadas à regulamentação ambiental. As tensões políticas persistem, mas não resultaram em resultados econômicos ou políticos adversos e refletem o funcionamento eficaz dos freios e contrapesos em alguns casos e diz que não vê chance de Lula reverter reformas e privatizações feitas nos últimos anos.

A agência projeta crescimento do PIB real em 2,3%

em 2023 (antes se esperava 0,7%) e a convergência para um crescimento estrutural de 2,0% ao ano no médio prazo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/26/agencia-fitch-sobe-nota-de-credito-do-brasil.ghtml>

Bolsa brasileira registra alta a 122 mil pontos

A Bolsa brasileira registrou nova alta ontem, após a divulgação do IPCA-15 de julho, que caiu mais que o esperado pelo mercado e reforçou apostas de um possível corte maior da Selic (taxa básica de juros) na próxima semana. Uma disparada da Vale diante da expectativa de estímulos econômicos na China também apoiou os negócios no Brasil. Já o dólar começou a sessão em queda, mas passou a operar em alta ao longo do dia, com investidores aguardando a próxima decisão sobre juros do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), que será divulgada hoje. As negociações também foram marcadas por um movimento de realização de lucros. Com isso, o Ibovespa subiu 0,54%, aos 122.007 pontos, enquanto o dólar avançou 0,33%, fechando o dia cotado a R\$ 4,749.

Os dados da **inflação** reforçaram o otimismo do mercado sobre a queda da **inflação** neste ano, especialmente os resultados dos núcleos - que desconsideram o peso de fatores temporários sobre os índices - e do setor de serviços. "A avaliação confirma a expectativa de que a desinflação dos núcleos e serviços continua, e deve encerrar o ano em cerca de 50% com intensificação a partir de agosto. O número de hoje volta com o otimismo de que a velocidade de arrefecimento está em linha com a projetada", diz Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da Warren Rena.

Já Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, diz que o IPCA-15 de julho dá sinais de melhora, mas não permite dizer que a queda da **inflação** está consolidada. "Ainda não dá para cravar que o agrupamento de serviços perdeu resiliência e nem que o processo desinflacionário está completo. Mas trata-se de mais uma observação benigna da **inflação** corrente, ainda que seja apenas um alívio", afirma Sanchez. Para Alexandre Maluf, economista da XP Investimentos, os novos dados de **inflação** reforçam as apostas de um corte de 0,50 ponto percentual na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que ocorre na próxima semana. A casa manteve, porém, sua projeção de uma redução mais cautelosa de 0,25 ponto.

Para o consultor econômico da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Nicola Tingas a deflação de 0,07% do IPCA 15, com o acumulando em 12 meses caindo de 3,40% em junho para 3,19% agora dá ao Banco Central condição favorável para o início do ciclo de queda da Selic. "Estamos revisando de 0,25 ponto

para 0,50 ponto", afirma Tingas.

O diretor de investimentos da Nomos, Beto Saadia, também afirma que um corte de 0,50 ponto ganhou força após a divulgação do IPCA-15. "O novo dado coloca Roberto Campos Neto (presidente do Banco Central) num debate desconfortável sobre a redução de 0,50 ponto já na próxima reunião. Esse BC sempre atuou com mais rigor, manteve os juros maiores do que a expectativa do mercado e provavelmente deseja reduzi-los num ritmo mais lento que o esperado", diz Saadia.

O economista aponta, ainda, que um corte de juros mais forte acompanhado de um aumento dos combustíveis - após a retomada da cobrança de **impostos** federais no início do mês - pode deixar o trabalho do BC mais ruidoso e provocar uma alta nos juros longos pelo mercado. As curvas de juros futuros, aliás, refletiram o aumento das apostas de um corte de maior magnitude. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 12,70% para 12,63%, enquanto os para 2025 foram de 10,73% para 10,63%. Nesse cenário, a Bolsa brasileira registrou nova alta e superou os 122 mil pontos, apoiada por subida de ações da Vale (3,09%) e da Petrobras (2,31%), as maiores do Ibovespa, em dia positivo para commodities no exterior.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/07/2023/p1>

IPCA-15 tem deflação e reforça expectativa sobre corte nos juros

VITOR DA COSTA

Com a retração dos preços de energia elétrica e alimentos, o IPCA-15, considerado a prévia da **inflação**, teve queda de 0,07% em julho, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. A deflação, após nove meses do indicador no campo positivo, reforça a perspectiva de corte da taxa básica de juros, a Selic, na reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) na semana que vem.

Em 12 meses, o índice subiu 3,19%, abaixo do centro da meta de **inflação** para o ano, que é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A queda do IPCA-15 foi maior que a esperada pelo mercado, que apostava em retração de 0,02%.

A redução da tarifa de energia se deve ao chamado bônus de Itaipu, creditado nas contas de luz de julho. Esse bônus ocorre quando há saldo positivo na Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu, a hidrelétrica binacional.

Em 2022, o saldo foi de R\$ 405,4 milhões.

O valor foi creditado nas faturas de 81 milhões de unidades consumidoras rurais e residenciais, o que deu um desconto de até R\$ 15 na conta de luz por cliente, segundo informações do site de Itaipu.

Com isso, a energia elétrica residencial caiu 3,45%, algo que não deve se repetir nos próximos meses.

Também houve queda de 2,10% nos preços do gás de botijão em julho, o que ajudou a puxar o grupo Habitação para baixo (-0,94%).

Os preços de alimentos e bebidas recuaram 0,40%. Isso aconteceu principalmente devido à queda da alimentação no domicílio, de 0,72%.

Entre as altas, o destaque foi o grupo Transportes (0,63%).

O avanço é explicado pelo aumento nos preços da gasolina (2,99%). Este mês, os **tributos** federais PIS/Cofins e Cide voltaram a ser cobrados integralmente sobre a gasolina, encarecendo o combustível. Ainda no grupo Transportes, houve alta

de 4,7% nos preços das passagens aéreas, que já haviam subido 10,7% em junho.

O IPCA-15 é calculado com base em coleta de preços feita por 30 dias encerrados no dia 15 do mês de referência. Em junho, o IPCA, a **inflação** oficial, já havia apresentado deflação, de 0,08%.

Para especialistas, o resultado do IPCA-15 de julho mostra uma melhora em relação aos meses anteriores. A **inflação** de alimentos seguiu a tendência de desaceleração esperada.

Ainda assim, os analistas destacam que o processo de desinflação deve demorar um pouco mais para ocorrer, já que os preços dos serviços mostram maior resiliência.

O coordenador dos Índices de Preços do Ibre/FGV, Andre Braz, projeta que a **inflação** de julho fique em zero, e a anual, em 4,8%. Ele avalia que existe chance de a **inflação** de alimentos apresentar deflação no acumulado do ano. No entanto, o agravamento da guerra entre Rússia e Ucrânia e os recentes casos de gripe aviária são fatores de risco: -O preço dos grãos já subiu no mercado internacional, porque a oferta de produtos como soja e milho vai diminuir. E esses grãos são usados na fabricação de pães e na ração animal.

Ainda assim, a tendência de queda no grupo alimentação deve continuar, uma vez que esses preços já vinham apresentando fortes baixas nos últimos meses.

Para o Itaú, a **inflação** fechada de julho deve ficar ligeiramente acima de zero, refletindo a deflação de alimentos e energia elétrica, mas com aceleração nos preços de automóveis novos depois do fim do programa de descontos do governo.

REDUÇÃO PARCIMONIOSA

Com os resultados, a expectativa dos analistas continua a ser de um corte parcimonioso de 0,25 ponto percentual na Taxa Selic, ainda que parte do mercado já veja a possibilidade de recuo de 0,50 ponto.

Uma das medições que têm sido observadas de perto pelo BC é a **inflação** de serviços e os núcleos (preços com comportamento mais estável, sem variações

bruscas). Apesar de terem desacelerado, eles continuam em patamar elevado. A economista para Brasil do BNP Paribas, Laíz Carvalho, avalia que os dados do IPCA-15 vieram qualitativamente melhores, mas não o suficiente para indicar cortes mais abruptos na Selic. O BNP espera corte de 0,25 ponto.

- Uma coisa que o Banco Central bate muito na tecla é paciência, para evitar o caso de iniciar um ciclo de cortes mais forte e essa **inflação** parar de convergir - comenta Laíz.

Amabile Ferrazoli, economista da Tenax Capital, ressalta que há uma melhora consistente nos núcleos que o BC observa e que o IPCA-15 indica uma trajetória de desinflação.

Ainda assim, ela avalia que os dirigentes do banco devem optar por um corte menor: -A atividade econômica continua resiliente, e as expectativas seguem desancoradas das metas. Diante disso, mantemos nossa expectativa de um corte de 0,25 ponto percentual.

*

0,25 ponto percentual

É a expectativa de analistas para o corte da Taxa Selic que pode ocorrer na próxima reunião do Copom, na semana que vem

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Confiança atinge recorde no Brasil

São Paulo - A confiança do consumidor no Brasil subiu em julho para o maior patamar em quatro anos e meio, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV), principalmente devido à melhora das expectativas sobre o futuro diante de arrefecimento da **inflação** e otimismo sobre o programa do governo de renegociação de dívidas.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV lbre subiu 2,5 pontos em julho, para 94,8 pontos, pico desde janeiro de 2019 (95,3).

No período, o Índice de Situação Atual (ISA), que mede a percepção do consumidor sobre o momento presente, avançou 1,1 ponto, para 76,8 pontos. O destaque, no entanto, foi o ganho de 3,4 pontos do Índice de Expectativas (IE), que chegou a 107,4 pontos, máxima desde janeiro de 2019 (108,5).

"Os resultados refletem o arrefecimento da **inflação**, a recuperação da renda do trabalho e as expectativas quanto ao início de programas voltados para a quitação de dívidas", explicou a economista da FGV lbre, Anna Carolina Gouveia.

"Atualmente, o maior obstáculo para a recuperação mais robusta da confiança do consumidor parece ser o cenário de endividamento e inadimplência, agravado pelos juros elevados", ponderou.

Por outro lado, como os mais recentes dados de **inflação** brasileiros têm, num geral, mostrado sinais claros de arrefecimento, há amplas expectativas no mercado financeiro de que o Banco Central começará a cortar a taxa Selic já em sua reunião de agosto. Os juros básicos estão atualmente em 13,75%.

Quanto ao endividamento das famílias, foi lançado em julho o programa Desenrola, com o objetivo de renegociar dívidas e limpar nomes em cadastros de inadimplentes. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o programa completou uma semana de funcionamento com R\$ 500 milhões em dívidas renegociadas e 2 milhões de registros desnegativados. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Bolsa e dólar sobem após IPCA-15 reforçar corte da selic

A Bolsa brasileira registrou nova alta nesta terça-feira (25) após a divulgação do IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) de julho, que caiu mais que o esperado pelo mercado e reforçou apostas de um possível corte maior da Selic (taxa básica de juros) na próxima semana. Uma disparada da Vale diante da expectativa de estímulos econômicos na China também apoiou os negócios no Brasil.

Já o dólar começou a sessão em queda, mas passou a operar alta ao longo do dia, com investidores aguardando a próxima decisão sobre juros do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), que será divulgada na quarta (26). As negociações também foram marcadas por um movimento de realização de lucros.

Com isso, o Ibovespa subiu 0,54%, aos 122.007 pontos, enquanto o dólar avançou 0,33%, fechando o dia cotado a R\$4,749.

O IPCA-15 teve queda de 0,07% em julho, registrando sua primeira baixa desde setembro de 2022, segundo dados divulgados nesta terça pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A baixa foi maior do que a mediana das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam deflação (baixa) de 0,02%, após o leve avanço de 0,04% registrado pelo índice em junho.

Os dados reforçaram o otimismo do mercado sobre a queda da **inflação** neste ano, especialmente os resultados dos núcleos -que desconsideram o peso de fatores temporários sobre os índices- e do setor de serviços.

"A avaliação confirma a nossa expectativa de que a de-sinflação dos núcleos e serviços continua, e deve encerrar o ano em cerca de 5,0% com intensificação a partir de agosto. O número de hoje volta com o otimismo de que a velocidade de arrefecimento está em linha com a projetada", diz Andréa Ângelo, estrategista de **inflação** da Warren Rena.

Já Étore Sanchez, economis-ta-chefe da Ativa Investimentos, diz que o IPCA-15 de julho dá sinais de melhora, mas não permite dizer que a queda da **inflação** está consolidada.

"Ainda não dá para cravar que o agrupamento de serviços perdeu resiliência e nem que o processo desinflacionário está completo. Mas trata-se de mais uma observação benigna da **inflação** corrente, ainda que seja apenas um alívio", afirma Sanchez.

Para Alexandre Maluf, economista da XP Investimentos, os novos dados de **inflação** reforçam as apostas de um corte de 0,50 ponto percentual na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que ocorre na próxima semana. A casa manteve, porém, sua projeção de uma redução mais cautelosa de 0,25 ponto.

O diretor de investimentos da Nomos, Beto Saadia, também afirma que um corte de 0,50 ponto ganhou força após a divulgação do IPCA-15.

"O novo dado coloca Roberto Campos Neto [presidente do Banco Central] num debate desconfortável sobre a redução de 0,50 ponto já na próxima reunião. Esse BC sempre atuou com mais rigor, manteve os juros maiores do que a expectativa do mercado e provavelmente deseja reduzidos num ritmo mais lento que o esperado", diz Saadia.

O economista aponta, ainda, que um corte de juros mais forte acompanhado de um aumento dos combustíveis - após a retomada da cobrança de **impostos** federais no início do mês- pode deixar o **trabalho** do BC mais ruidoso e provocar uma alta nos juros longos pelo mercado.

As curvas de juros futuros, aliás, refletiram o aumento das apostas de um corte de maior magnitude. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 12,70% para 12,63%, enquanto os para 2025 foram de 10,73% para 10,63%.

Nesse cenário, a Bolsa brasileira registrou nova alta e superou os 122 mil pontos, apoiada por subida de ações da Vale (3,09%) e da Petrobras (2,31%), as maiores do Ibovespa, em dia positivo para commodities no exterior.

Nesta terça, a agência estatal chinesa de notícias Xinhua noticiou que a China vai intensificar os estímulos econômicos para se concentrar na demanda doméstica. A informação fez o preço do minério de

ferro disparar, já que o país asiático é um grande consumidor de aço, e deu força às ações da Vale no Brasil. Já a Petrobras foi beneficiada pela alta do petróleo no exterior.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/26-07-2023-edicao24623/>

Alta taxaço do mercado pode incentivar ilegalidade

Especialistas ouvidos pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO apontam que o governo precisa refazer os cálculos das taxas definidas para o mercado de apostas esportivas. É consenso entre eles que embora tardia, a regulamentação é importante. Porém, a possível taxaço de 18% sem o acréscimo de outros **impostos** atribuídos à pessoa jurídica no País pode coibir futuros investimentos e contribuir para o mercado informal.

A medida provisória (MP) que dá início ao processo de regulamentação das apostas esportivas de quota fixa, o conhecido mercado de "bets", foi editada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União. Até então, o mercado estava legalizado pela Lei 13.756/2018, que previa uma regulamentação em dois anos, prorrogáveis por mais dois, o que não aconteceu.

Em função disso, os sites e aplicativos de apostas em operação no País, desde então, operam com sede no exterior, onde conseguem as licenças para funcionamento. "As apostas ainda que fossem legalizadas no Brasil, não possuíam regulamentação, de modo que as empresas não conseguiam operar", explica a advogada Mariana Chamelette, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo.

Para ela, que é advogada especializada em direito desportivo, a regulamentação é um avanço positivo, uma vez que não havia nenhuma regra a respeito do setor. "Agora, a gente começa a sair de uma zona cinzenta e começa a operar e fiscalizar melhor este mercado que já existe e vai continuar existindo", avalia.

Outra vantagem na opinião dos especialistas é a segurança jurídica que a regulamentação dá às empresas e aos apostadores. "Ao regulamentar, o governo oferece medidas que coíbem a atuação de sites ilegais e sem compromisso com o jogo íntegro e responsável", defende o presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Wesley Cardia.

Para Magno José, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal, um dos problemas da regulamentação está na elevada taxaço. Com as mudanças, as empresas terão que destinar 18% da receita obtida com as apostas, já descontado o pagamento dos prêmios e dos **impostos**, a chamada Gross Gaming Revenue (GGR), ou receita bruta de jogos na tradução

livre. "Somados os **impostos**, a tributação poderá chegar a 29% do total em municípios com alíquota de ISS de 2% e a quase 32%, quando o ISS for de 5%", detalha.

O presidente da ANJL alega que taxar tanto os sites de apostas quanto os prêmios dos apostadores em níveis como os que têm sido discutidos, que superam a casa dos 30%, "pode gerar efeitos indesejados tanto pelos operadores quanto pelo governo". Nas novas condições, o prêmio dos jogadores também será tributado em 30% pelo Imposto de Renda, a partir de R\$ 2.112. Ele usa o exemplo de países que já operam no mercado de apostas há algum tempo para explicar.

"Portugal, que praticou taxas altas, não conseguiu trazer para o mercado regulado nem a metade das empresas que operavam por lá. A França, que também operou com taxas altas, chegou ao ponto de os operadores entregarem a licença após o acordo de dez anos porque não valia a pena. O mercado ilegal acaba absorvendo tudo", exemplifica.

Ele explica que o desincentivo pode levar junto toda uma cadeia que se beneficia e já opera no mercado: publicidade, patrocínios entre outras atividades. "Nunca se pagou tão caro pelos patrocínios de camisas de times de futebol no Brasil. Mas temos que lembrar que elas não estão pagando **impostos**. Amanhã, os **impostos** que entrarem podem impactar", ressalta.

Silva aponta que o mercado brasileiro demonstrou grande apetite para a aposta. "O mercado vai continuar, o governo vai arrecadar, mas é preciso refazer os cálculos. Na conta final, o governo não vai conseguir arrecadar os R\$ 6 a R\$ 12 bilhões que está projetando", diz. Nessa linha, ele explica que estudos do instituto mostram que a partir do momento em que o país aplica taxas altas, sobe a participação do mercado ilegal. "Até chegar num ponto onde a metade não é legalizado", informa.

Para ele, o Brasil pode estar abrindo uma porta perigosa para o mercado ilegal com taxas tão altas. "Não tem nenhum país que consegue dar certo com taxas tão altas. A não ser exceções como a Finlândia. Você acaba tornando a atividade ilegal muito atrativa", analisa.

Ilegalidade e desincentivo

- Outro ponto levantado por Arthur Silva, do Instituto Brasileiro de Jogos Responsáveis (IBJR), é o desincentivo atrelado à alta taxação e o possível aumento da ilegalidade. "O Brasil é um País com uma das maiores cargas tributárias do mundo e já tem a licença mais cara do mundo que, hoje, está em torno de R\$ 30 milhões", diz.

Ele explica que o problema é que a faixa de tributo que o Brasil está trabalhando pode não trazer para a formalidade a totalidade das empresas em operação ou até espantá-las.

Regras de publicidade passam pelo Conar O texto da MP estabelece ainda que as empresas de apostas deverão promover ações informativas e preventivas de conscientização de apostadores e de prevenção ao transtorno do jogo patológico. A iniciativa visa garantir a saúde mental dos apostadores, evitando que as apostas se transformem em um vício.

Já as regras de comunicação, publicidade e marketing, como horário de veiculação de propagandas e formato de anúncios on-line, serão elaboradas em parceria com o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar). O objetivo é garantir que as ações de marketing sejam responsáveis e éticas, contribuindo para um ambiente de apostas seguro e regulamentado.

Outra mudança importante que a medida traz é a proibição de que as empresas de apostas participem do mercado de direitos de eventos desportivos realizados no País, como transmissão, distribuição ou qualquer forma de exibição. Esta é uma das medidas adotadas pelo governo em busca da coibição da manipulação de resultados. (JS)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Promulgada PEC dos Lotéricos

Com o voto favorável do senador Laércio Oliveira (PP-SE), o Congresso promulgou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2022, a chamada PEC dos Lotéricos, agora transformada na Emenda Constitucional 129. A PEC concede prazo de vigência adicional a contratos atuais de todos os agentes lotéricos com a Caixa Econômica Federal. Mais de 70 mil lotéricos devem ser beneficiados, garantindo a continuidade da prestação de serviços bancários em todo o país.

Laércio Oliveira lembrou que acompanha a luta dos lotéricos desde 2015 e argumentou que a setor presta um serviço essencial à população em todo o Brasil, principalmente no interior do país e em regiões remotas.

O senador sergipano também destacou que a iniciativa traz segurança jurídica e atende a uma reivindicação histórica da categoria. "Agora, com segurança, o empreendedor lotérico vai poder investir com tranquilidade para melhorar a qualidade dos serviços e o atendimento à população. A minha atuação no Congresso sempre tem sido em defesa do setor produtivo nacional. Como eu sempre digo, se a empresas, em especial as micro vão bem, temos geração de empregos e dignidade para o trabalhador", disse Laércio.

O presidente da Associação dos Lotéricos de Sergipe, Luiz Marinho, que acompanhou a discussão e a votação da matéria, destacou o empenho do senador na aprovação da PEC 43/2022.

"Laércio Oliveira sempre nos recebeu e nos ajudou ao longo de tantos anos. Eu agradeço em nome dos 156 lotéricos sergipanos", disse Marinho.

No mesmo sentido, o agente lotérico Zeca Sobral destacou que o apoio do senador à proposta é antigo. "Foi uma vitória importante para a categoria, que vai garantir o funcionamento das loterias em todo o país. Desde quando o senador Laércio era deputado, ele abria seu gabinete para apoiar os lotéricos de Sergipe e de todo o Brasil", resumiu.

Na Câmara dos Deputados, a PEC tramitou com o número 1.421/2015 e foi aprovada em dezembro de 2022. No Senado Federal, recebeu o número 43/2022 e foi aprovada em junho, relatada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI).

"Estamos aqui falando de um serviço inegavelmente

de natureza pública, que inclui operações simples, desde o recebimento de contas, **impostos**, depósitos, saques, até o pagamento de benefícios e de programas sociais tão importantes do nosso país. Nós estamos fazendo justiça aos permissionários lotéricos pelos relevantes serviços que prestam à sociedade em face dos investimentos realizados e de um trabalho árduo ao longo dos anos", justificou o presidente do PP Nacional durante o debate no Senado.

O deputado Fausto Pinato (PP-SP), primeiro signatário da PEC, disse que os lotéricos prestam um grande serviço social. - Por meio deles que no nosso país, muitas vezes em lugares onde não pode chegar banco, em favelas, muitas vezes em vilarejos, sem horário pra fechar, atendem o pobre, o rico, o normal, o aleijado, com muita maestria, com muito respeito, prestando um grande serviço social e econômico.

Beneficiados O texto beneficia indistintamente tanto os agentes lotéricos que atuam sob o regime de permissão (que venceram licitações organizadas pela Caixa Econômica Federal) quanto os que foram apenas credenciados.

O grupo dos credenciados abrange 6.310 lotéricos com contratos anteriores à Constituição de 1988, que não passaram por processo licitatório. São pessoas físicas ou jurídicas que receberam apenas credenciamento para atuar como revendedoras dos bilhetes de loterias, prática permitida na época.

Bancos tentam travar proposta que limita os juros do cartão

Victoria Azevedo

Bancos brasileiros lançaram uma ofensiva para tentar barrar o avanço de uma proposta que limita os juros no rotativo do cartão de crédito, modalidade mais cara de empréstimo no país e alvo de reiteradas críticas do governo Lula (PT). A medida está em um projeto de lei que vai receber o conteúdo do Desenrola, promessa da campanha petista e um dos principais programas do governo na área econômica.

Apesar da pressão de entidades como a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) contra a limitação, o relator do projeto, deputado Alencar Santana (PT-SP), afirma à Folha que o dispositivo estará em seu texto. A proposta deve começar a ser debatida na Câmara dos Deputados em agosto.

A taxa média de juros cobrada pelos bancos de pessoas físicas no rotativo do cartão em maio ficou em 455,1% ao ano, o maior patamar em mais de seis anos -segundo dados do Banco Central.

O rotativo é acionado quando o cliente não paga o valor integral da fatura na data de vencimento. Em maio, a inadimplência de pessoas físicas no rotativo atingiu 54%, o maior patamar da série história do BC iniciada em março de 2011.

Os dados do BC mostram que, apesar do patamar dos juros e da alta inadimplência, a concessão de crédito nesse tipo de modalidade continua próximo às máximas históricas -com quase R\$ 30 bilhões ao mês.

"Esse é um tema que merece uma resposta do Parlamento. Não dá para continuar com esse abuso, esses juros exorbitantes", diz Santana. "Fazer o Desenrola Brasil, garantindo dinheiro do governo para as famílias limparem os seus nomes, pagarem as suas dívidas e continuar com juros de cartão de crédito dessa maneira é tapar o sol com a peneira."

Vice-líder do governo, o parlamentar é relator de um projeto de lei de autoria do deputado Elmar Nascimento (União Brasil- BA) .líder da legenda na Câmara e aliado de primeira hora do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O projeto de Elmar foi protocolado em outubro de 2022, às vésperas do segundo turno das eleições e com teor parecido ao Desenrola Brasil,

uma das bandeiras do petista na corrida eleitoral. O projeto institui o Programa Nacional de Renegociação das Dívidas das Famílias (ReFamília), destinado a famílias com renda de até R\$ 5.000, com previsão de crédito de até R\$ 20 mil por família.

O texto de Elmar determina também que o CMN (Conselho Monetário Nacional) irá estabelecer limite para a cobrança desses juros pelos cartões de crédito.

"As taxas de juros remuneratórios cobradas na modalidade mencionada no caput não poderão ser superiores a limites já estipulados para modalidades de crédito com perfil de risco semelhante, a exemplo do que já ocorre com as taxas cobradas sobre o valor utilizado do cheque especial", diz um dos pontos da matéria.

O relator afirmou que esse ponto será mantido no texto, mas ainda não tem uma definição de como isso será tratado do ponto de vista técnico.

São estudadas opções como a estipulação de um percentual máximo cobrado pelas instituições financeiras ou a determinação de um prazo para que o governo federal tome medidas concretas e estabeleça critérios que limitem os juros.

Nas últimas semanas, Santana se reuniu com representantes da Febraban e da Abraes, além de membros do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de São Paulo para tratar do tema.

A Febraban diz que tem como prioridade a redução do custo de crédito no país e que é necessário "compreender e atacar" as causas dos juros altos, "sem adoção de medidas artificiais que não levam em consideração a estrutura de custos do setor e as especificidades de cada produto e afrontam a racionalidade econômica".

Em nota, afirma que ao lado de outras entidades do setor discute com o Ministério da Fazenda para construir uma solução. Além disso, diz ter otimismo para se alcançar uma convergência "que, ao mesmo

tempo, beneficie os consumidores e garanta a viabilidade do produto".

Vice-presidente executivo da Abecs, Ricardo de Barros Vieira diz que a entidade é contra um eventual tabelamento dos juros e que essa medida poderá desequilibrar o sistema.

"O tabelamento pode gerar diversas consequências que não são favoráveis. Como reduzir a oferta de crédito para as pessoas e reduzir o volume de vendas. Uma vez que você tem menos oferta de crédito para os portadores, eles podem comprar menos. Pode ter impacto no comércio e no crescimento do **PIB**", afirma.

Ele diz que, assim como a Febraban, a Abecs tem dialogado e alertado a Fazenda, o BC e o Congresso Nacional sobre os riscos dessa medida.

"Estamos, por dever de ofício, explicando a dinâmica do nosso mercado. Não é ameaça. Estamos explicando como ele funciona e quais são os eventuais riscos e quais são as alternativas que a gente entende melhores seja para indústria, seja para o país", diz Vieira.

"Se isso é articular, eu estou articulando. Esperamos que consigamos sensibilizar as autoridades para encontrar mecanismos que permitam a gente trabalhar por uma taxa menor, mantendo todo o sistema em equilíbrio", continua.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se pronunciou. Nos bastidores, a pasta tem afirmado que estuda muito o tema -mas que chegar a uma solução não é uma tarefa fácil.

A proposta será fundida com o texto do Desenrola enquanto o patamar do juro do rotativo vem sendo debatido também pelo governo. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) chegou a dar declarações sobre a necessidade de dar celeridade ao tratamento da questão, afirmando ser uma preocupação de Lula.

Em abril, foi anunciado que o governo e o setor financeiro iriam formar um grupo de trabalho com o BC para aprofundar esse debate.

"Pedi celeridade, porque é uma preocupação do presidente Lula, e eles pediram para envolver o Banco Central em virtude da regulação do produto, que passa também pelo Banco Central. E nós vamos fazer isso", disse o ministro após ter se reunido com as entidades em 17 de abril.

Naquele mesmo dia. Haddad disse que a origem de parte da inadimplência dos cadastros de maus pagadores era o cartão de crédito. "Não só, mas é

também por cartão de crédito. E as pessoas não conseguem sair do rotativo."

O próprio presidente já fez críticas sobre essa cobrança. Ainda na pré-campanha eleitoral, no ano passado, o petista chegou a dizer que essas cobranças eram um "roubo".

"Se tem uma coisa que é gasto é [...] a taxa de juros que agente paga neste país para sobreviver, sobretudo as pessoas que devem no cartão de crédito. Isso é gasto. Na verdade, não é gasto. É roubo. Uma pessoa que paga 100%, 200%, 300% de juros no cartão de crédito... Na verdade não é taxa de juros. É taxa de expropriação do salário das pessoas, sobretudo da classe média baixa que usa muito o cartão de crédito", afirmou Lula em maio de 2022.

Números do cartão de crédito mostram crescimento expressivo do uso, dos juros e da inadimplência

O que é o rotativo do cartão de crédito?

Tipo de empréstimo acionado quando o cliente paga somente uma parte da fatura, deixando para o mês seguinte as pendências (acrescidas de juros).

É a modalidade com juros mais caros no país

O que é o crédito parcelado?

Quando a fatura do cartão de crédito é dividida em parcelas mensais para pagamento

O que o Congresso está discutindo?

O projeto de lei em que vai ser colocado o conteúdo do Desenrola prevê que o CMN (órgão composto por dois ministros e o presidente do BC) estabelecerá um limite para a cobrança de juros pelos cartões de crédito quando o cliente entra no rotativo

O que os bancos dizem?

Defendem ser necessário compreender e atacar as causas dos altos juros, sem adoção de "medidas artificiais"

Fazer o Desenrola Brasil e continuar com juros de cartão de crédito dessa maneira é tapar o sol com a peneira

Alencar Santana (PT-SP), relator do projeto na Câmara

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f>

452f5e2828956071f44b

Queda da demanda por crédito pressiona BCE a fazer pausa adiante

Martin Arnold Financial Times, de Frankfurt

Os bancos da zona do euro informaram que a demanda por empréstimos para empresas teve queda expressiva e chegou ao nível mais baixo já registrado, o que reforçou os apelos para que o Banco Central Europeu (BCE) pare de sugerir que pode haver mais altas de juros depois de sua reunião desta semana.

A pesquisa trimestral de bancos do BCE, que também mostrou quedas na demanda por empréstimos das famílias e um aperto nos critérios de concessão pelos bancos, reforça os indícios de que os altos custos do crédito têm tido impacto maior na economia do bloco.

O banco central já indicou que tem planos de elevar as taxas em 0,25 ponto porcentual amanhã e, assim, ampliar o aperto monetário sem precedentes que aplica há um ano, em um esforço para baixar a **inflação** das altas recordes recentes e trazê-la à meta de 2%.

A política monetária mais apertada tem o objetivo de restringir a demanda por crédito. Mas economistas dizem que a rápida contração dos empréstimos bancários e as perspectivas econômicas desanimadoras - enfatizadas pela queda no índice de confiança empresarial da Alemanha ao nível mais baixo em oito meses - deixam a diretoria do BCE menos propensa a se comprometer com outra alta de juros em setembro.

"Todo esse lote de dados macroeconômicos negativos, combinados com o risco cada vez maior de uma crise de crédito plena na zona do euro, reforça os argumentos a favor de uma pausa depois da reunião de quinta-feira", disse o economista do banco holandês ING Carsten Brzeski.

Na esteira de dois trimestres de estagnação, a economia da zona do euro corre risco de uma nova retração. Os números oficiais de crescimento no segundo trimestre devem ser divulgados na segunda-feira e a expectativa é que mostrem poucos sinais de uma recuperação.

No início desta semana, índices de gerentes de compras mostraram forte desaceleração nas encomendas, na produção e nas contratações em empresas de todo o bloco em julho.

É provável que os últimos dados divulgados incentivem os membros da diretoria do BCE que são favoráveis a uma política monetária mais frouxa e defendem uma abordagem cautelosa a manterem a pressão para que o BCE indique que vai parar de elevar o custo dos empréstimos, mesmo que a maioria ainda espere que a mudança bastante sinalizada para esta semana aconteça.

"Os mais lenientes pressionarão por uma indicação de que esta pode ser a última alta", disse o economista Claus Vistlesen, da Pantheon Macroeconomics. "Mas não estou certo de que eles conseguirão." Para Vistlesen, a maior probabilidade é que o BCE sinalize que vai esperar até concluir as novas previsões econômicas em setembro antes de decidir se fará uma pausa no aperto monetário.

O BCE informou que a rapidez com que seu aperto é transmitido à economia em geral, ao aumentar o custo dos financiamentos e restringir sua disponibilidade para empresas e famílias, é um dos principais fatores para a decisão de quando parar de elevar taxas.

Sua pesquisa com 158 bancos da zona do euro constatou que a demanda de empresas por empréstimos "desabou para o nível mais baixo desde o início da pesquisa, em 2003", depois de ter caído a um ritmo "substancialmente mais forte" do que o esperado nos três meses até junho.

Os bancos responsabilizaram a alta dos juros e necessidades de financiamento de investimentos mais baixas pela queda na demanda por empréstimos, e sua expectativa é que isso se mantenha no terceiro trimestre, embora a um ritmo mais lento. Eles também continuaram a apertar a concessão de crédito e a limitar a disponibilidade de empréstimos, embora esse ajuste tenha sido menor do que no trimestre anterior.

Espera-se que a contração da oferta de crédito esfrie a **inflação**, ao reduzir a demanda de empresas e consumidores, cortar investimentos e diminuir o crescimento do emprego e dos salários.

Em 5,5% em julho, a **inflação** da zona do euro é quase o triplo da meta do banco central, apesar de ter desacelerado em relação ao pico de 10,6% no ano passado.

A presidente do BCE, Christine Lagarde, disse em junho que "ainda não se podia cantar vitória" e acrescentou: "É muito pouco provável que em um futuro próximo o banco central possa afirmar com total segurança que o pico das taxas foi atingido." Em março, o banco central previu que a produção da zona do euro cresceria 0,9% este ano e a **inflação** continuaria acima de sua meta até 2025.

A maioria dos economistas espera que o BCE reduza bastante sua previsão de crescimento em setembro. E alguns acreditam que uma escalada no setor de turismo pode manter a **inflação** desconfortavelmente alta durante o verão - em especial nos núcleos, como em serviços.

"Os defensores de uma política mais leniente poderão argumentar em setembro que, com base nas previsões de crescimento mais baixas, o BCE deve parar de elevar as taxas", disse Holger Schmieding, economista- chefe do banco alemão Berenberg. "O problema é que uma temporada turística de verão cara pode manter o núcleo da **inflação** elevado por mais alguns meses."

"Risco de uma crise de crédito reforça argumentos por uma pausa adiante" Carsten Brzeski

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612>

Ajuste anual sem "cheque especial"

MANOEL VENTURA

O Ministério da Fazenda vai propor uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para impedir que estados e municípios terminem o ano no "cheque especial".

A ideia é inserir um novo artigo na lei para proibir que governadores e prefeitos passem de um ano para o outro sem recursos em caixa suficientes para cobrir todas as despesas, como pagamento de salários, de fornecedores e de serviços, no ano seguinte. Caso isso aconteça, a administração regional ficará impedida de criar novas despesas, como reajustar salários e contratar pessoal, no próximo ano. A medida entraria em vigor em 2027, quando iniciam novos mandatos de governadores.

Na prática, o governo federal defende o endurecimento da regra fiscal, o que ajudaria no controle das contas públicas e na queda da taxa básica de juros. A mudança será uma tentativa de fechar lacunas na LRF em relação à solvência de curto prazo dos entes federativos, disse ao GLOBO o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. A ação é parte de um conjunto de medidas chamado de "Ciclo de Cooperação Federativa", para o qual já foram propostas, por exemplo, ações para destravar Parcerias Público-Privadas (PPPs). O anúncio de um projeto de lei deve ser feito hoje pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e por Ceron.

Criada há 23 anos, a LRF é considerada o principal instrumento de manutenção do equilíbrio das contas públicas, com normas de finanças públicas para União, estados e municípios.

Atualmente, a legislação proíbe que governadores e prefeitos terminem seus mandatos sem deixar para os sucessores dinheiro em caixa para as despesas contratadas do exercício seguinte, mas não há qualquer proibição desta prática nos três primeiros anos de governo. A lei não prevê medidas de "correção" para evitar que prefeituras e governos desequilbrem as contas, o que tem acontecido em centenas de prefeituras e pode levar a transtornos como interrupções de serviços públicos ou atrasos nos pagamentos de fornecedores e do funcionalismo, o que já se viu também em estados nos últimos anos.

-Esse artigo da LRF (que proíbe desequilíbrio no último ano de mandato) não resolveu o problema de curto prazo dos entes (federativos).

Continuam, de forma recorrente, os casos de colapso financeiro -diz Ceron. -É comum ver casos de municípios em que serviços de coleta de lixo, varrição e pagamento de servidores são interrompidos por conta desse colapso financeiro, desse descasamento de caixa de curto prazo.

PROJETO PREVÊ SANÇÕES

Um projeto de lei será proposto pela Fazenda para impor sanções a cidades ou estados que terminem o ano sem dinheiro suficiente para honrar compromissos. No primeiro ano de descumprimento, o governador ou prefeito terá limitações no seguinte. Ficará impedido de aumentar despesa com pessoal, contratar novos servidores ou reajustar os salários dos atuais acima da inflação.

Também não poderá criar novas despesas de caráter continuado ou tomar medidas de renúncia de receita, como isenção fiscal para estimular atividades econômicas. Caso o cenário se repita pelo segundo ano seguido, os salários de servidores são congelados, sem reposição da inflação.

É um mecanismo parecido com os gatilhos previstos no novo arcabouço fiscal, que impedem novos gastos do governo federal em caso de descumprimento da meta de resultado das contas públicas da União.

Ceron afirma que não se trata de uma punição a estados e municípios, mas de uma medida de correção que incentiva maior disciplina na gestão dos orçamentos regionais, prevenindo crises financeiras.

-Se forem transferidos para o exercício seguinte mais gastos que (o ente) pode suportar, não poderá contrair novas despesas, o que é razoável.

Ela (a mudança) não tem um caráter punitivo, ele tem um caráter de ajudar um ente no processo de recuperação financeira -afirmou o secretário.

- Casos de descasamento de caixa ainda são frequentes.

Ainda que não seja vedado fora do fim de mandato, não é bom. Isso significa que o ente ainda está rodando no "cheque especial", pode colapsar e afetar a população.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Dados compilados pela Federação das Indústrias do Rio (Firjan) mostram que centenas de municípios terminam, todos os anos, sem dinheiro para cumprir obrigações. Em 2015, por exemplo, foram 1.702 nesta situação. O levantamento só vai até 2020, quando 563 prefeituras viraram o ano no vermelho. No entanto, aquele foi um ano atípico por causa da pandemia, que levou o governo federal a repassar recursos extras da União para estados e municípios.

O trabalho da Firjan destaca que o planejamento é um fator fundamental não só para o atendimento das necessidades básicas da população, mas para o pagamento de fornecedores e a atração de investidores.

Sem isso, qualidade de vida e ambiente de negócios ficam ameaçadas no âmbito regional, conclui o trabalho.

Como será uma alteração legal, o projeto de lei que será apresentado pelo governo para alterar a LRF terá de ser aprovado na Câmara e no Senado para entrar em vigor. Para evitar afetar mandatos em andamento, a mudança seria válida a partir de 2027, atingindo prefeitos eleitos em 2024 e governadores que vencerem as eleições de 2026.

-Não vai afetar os mandatos em curso de governadores e prefeitos. Porque é uma mudança estrutural e precisa de tempo de adaptação. Não seria justo causar esse tipo de surpresa -justifica Ceron.

O atual chefe do Tesouro foi secretário de Finanças da cidade de São Paulo quando o prefeito era Haddad (2013 a 2016) e secretário-adjunto da Fazenda do Estado de São Paulo na gestão de Márcio França (2017 a 2018) e por isso diz entender como evitar o acúmulo de problemas orçamentários pode evitar crises financeiras em estados e municípios.

-A mudança vai reduzir o número de casos de colapso financeiro de entes. E são colapsos em serviços públicos - argumenta. - Se houve descasamento, isso significa que (o estado ou município) está na iminência de colapsar.

REDUÇÃO DE RISCOS

No médio prazo, além de dar maior confiabilidade às contas públicas do país, a mudança poderá reduzir a desconfiança de empresas no fornecimento para o setor público, já que os atrasos no pagamento e calotes são frequentes, acredita Ceron: -Com a menor recorrência de atrasos no pagamento de fornecedores e menos casos de colapso financeiro, vai reduzindo o prêmio de risco das contratações públicas de entes

subnacionais.

*

"É comum ver casos de municípios em que serviços de coleta de lixo, varrição e pagamento de servidores são interrompidos por conta desse colapso financeiro, desse descasamento de caixa d_e curto prazo"

Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FMI eleva previsão do PIB do país em 2023 para 2,1%

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou ontem a previsão de crescimento da economia brasileira neste ano para 2,1%. A atualização do Panorama Econômico Mundial, elaborado pelo organismo multilateral, trouxe uma estimativa 1,2 ponto percentual acima da feita em abril (0,9%). O aumento da produção agrícola nacional no primeiro trimestre e seu impacto no setor de serviços colaboraram para a revisão, informou o FMI. A projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2024, no entanto, foi reduzida em 0,3 ponto percentual, para 1,2%.

Considerando a economia mundial, o FMI melhorou a projeção para 2023: 3%. Embora seja uma desaceleração ante a alta de 3,5% do **PIB** global em 2022, é superior à projeção de 2,8% feita em abril.

Segundo o FMI, América Latina e Caribe devem fechar 2023 com expansão de 1,9%, um aumento de 0,3 ponto percentual em relação à previsão de abril, mas distante dos 3,9% de 2022. A estimativa reflete a desaceleração após a forte recuperação pós-pandemia que marcou o ano passado na região e a queda na cotação de commodities, explicou o FMI.

De acordo com uma pesquisa da Bloomberg, economistas elevaram as estimativas para o **PIB** global no segundo e terceiro trimestres, mesmo observando que há 60% de chance de os EUA entrarem em recessão nos próximos 12 meses.

O FMI espera que os EUA cresçam 1,8% neste ano - 0,2 ponto percentual a mais que em abril -, antes de desacelerar para 1% em 2024. A China é vista no relatório com expansão de 5,2% este ano, inalterada em relação a abril.

Apesar da visão global um pouco mais otimista, o FMI alerta que as projeções globais são fracas na comparação com a média de 3,8% das duas décadas anteriores à pandemia.

Também apontou que "o balanço de riscos para o crescimento global continua inclinado para baixo". Jogam contra os juros altos em vários países para combater a **inflação** persistente, represando a atividade econômica global. Choques adicionais, como a intensificação da guerra na Ucrânia e desastres climáticos, podem estimular ainda mais o aperto monetário, indicou. Para 2024, o FMI manteve a

previsão de expansão global de 3%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FMI eleva projeções para economia global no curto prazo

A economia global continua se recuperando gradualmente dos impactos da pandemia de covid-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia, mas ainda tem "muitos desafios à frente e é muito cedo para comemorar", afirmou ontem o economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Pierre-Olivier Gourinchas, no lançamento do mais recente Panorama Econômico Mundial (WEO, na sigla em inglês).

Os "inegáveis" sinais de progresso no curto prazo, segundo Gourinchas, levaram o FMI a melhorar sua previsão de crescimento para a economia global neste ano para 3%, um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao estimado em abril. Vários desenvolvimentos nos últimos meses contribuíram para essa mudança na avaliação do FMI, incluindo a resiliência do mercado de trabalho em economias avançadas como os EUA e a Europa, forte recuperação dos gastos em serviços como turismo no primeiro trimestre, diminuição dos riscos de estabilidade financeira e uma diminuição das interrupções na cadeia de suprimentos.

"Os preços da energia e dos alimentos caíram acentuadamente dos picos induzidos pela guerra, permitindo que as pressões inflacionárias globais diminuíssem mais rapidamente do que o esperado", escreveu Gourinchas, em artigo no blog do FMI.

Apesar da revisão positiva, a nova projeção para a economia global segue bem abaixo do crescimento de 3,5% registrado em 2022. "O crescimento continua fraco pelos padrões históricos", aponta o relatório do FMI. "As forças que impediram o crescimento em 2022 persistem." Os países avançados concentram a maior parte da desaceleração, devendo crescer apenas 1,5% neste ano, de 2,7% no ano passado.

Já o crescimento nas economias de países emergentes e em desenvolvimento deve se manter relativamente estável em 4% neste ano, mesmo percentual de 2022.

"No longo prazo também vemos crescimento baixo e isso preocupa mais porque indica queda na produtividade. Não temos respostas para lidar com isso, achamos que isso é causado pelo envelhecimento da população", disse o economista-chefe do FMI. "Impactos da covid-19 também são um

fator, já que as medidas para conter os efeitos da pandemia deixaram os Estados com pouco espaço fiscal".

Gourinchas observa que parte da desaceleração do crescimento reflete o impacto de políticas prejudiciais, como as que levam à fragmentação geoeconômica.

Ele ressaltou que o movimento de fragmentação do comércio global e de mudanças nas cadeias globais tende a deslocar as cadeias de produção para próximo aos países mais ricos com grandes mercados consumidores, como EUA e Europa. Isso irá afetar a competitividade dos emergentes e em desenvolvimento, mais dependentes de medidas de cooperação.

Além disso, a falta de avanços na transição climática deixará os países mais pobres mais expostos a choques climáticos cada vez mais severos e ao aumento das temperaturas, mesmo que representem uma pequena fração das emissões globais. "Em todas essas questões, a cooperação multilateral é a melhor maneira de manter o crescimento", disse Gourinchas.

O FMI estima que a **inflação** global continuará a desacelerar este ano, de 8,7% em 2022 para 6,8% - uma revisão para baixo de 0,2 ponto percentual em relação a abril. Mesmo assim, a **inflação** segue em níveis elevados, corroendo o poder de compra das famílias. As políticas de aperto monetário dos bancos centrais para combater a **inflação** elevam os custos de financiamento e pesam sobre a atividade econômica, aponta o Fundo.

Apesar do cenário de longo prazo mais fraco provocado pelo juro elevado, Gourinchas diz que o movimento de aperto da política monetária internacional foi essencial para a manutenção das expectativas de que a economia global se estabilizaria dos choques provocados pela pandemia e guerra da Ucrânia - situação que, caso ficasse fora de controle, afetaria fortemente os investimentos privados.

"A política monetária também afeta a atividade econômica e isso vai ajudar a trazer a **inflação** para as metas dos bancos centrais", disse Gourinchas. "Com **inflação** diminuindo, entramos na última fase do ciclo de alta das taxas de juros [...], mas a batalha contra a **inflação** ainda não foi vencida".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1§ion=1)**

Ibovespa fecha no maior patamar em quase 2 anos

LETYCIA CARDOSO E VITOR DA COSTA

O Ibovespa engatou a quarta alta consecutiva ontem, fechando no maior patamar em quase dois anos. O principal índice da B3 foi beneficiado pelo avanço dos papéis da Vale e da Petrobras. O recuo das curvas de juros futuros após a divulgação do IPCA- 15 de julho abaixo das expectativas também ajudou, puxando as ações ligadas à economia local.

Com alta de 0,55%, o Ibovespa fechou aos 122.008 pontos. É o maior patamar de fechamento desde 11 de agosto de 2021, quando o índice encerrou aos 122.056 pontos.

Já o dólar subiu 0,35%, negociado a R\$ 4,7494. O câmbio teve um movimento de ajuste após a forte depreciação dos últimos pregões.

CONSTRUTORAS SOBEM

A queda do IPCA-15, a prévia da **inflação**, levou otimismo ao mercado. Os agentes passaram a esperar um corte de 0,50 ponto percentual da Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana que vem.

- O IPCA-15 surpreendeu positivamente, e o mercado ficou entusiasmado com a queda. Abre mais condições para pelo menos ocorrer uma discussão no Copom de queda de 0,50 ponto percentual - diz o analista da Empiricus Research, João Piccioni.

O estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, destaca que o indicador trouxe medidas de núcleos e serviços melhores. A casa passou a projetar corte de 0,50 ponto na Selic.

- O IPCA-15 de junho tem o poder de amainar a cautela e parcimônia dos diretores mais conservadores - afirma Cunha.

Os papéis ligados a commodities continuaram em alta. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 1,79%, e as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 2,31%.

Vale ON subiu 3,09%. O papel foi beneficiado pela alta do minério de ferro negociado na China e por notícias de que a empresa estaria perto de concluir acordo

para venda de fatia de cerca de 10% em sua unidade de metais básicos.

CSN ON subiu 5,90%.

Usiminas PN avançou 2,18%, e Gerdau PN, 3,50%.

Entre as maiores altas, figuraram papéis sensíveis aos juros.

No setor imobiliário, Eztec ON avançou 6,21%, e Cyrela ON, 3,75%. A Méliuz ON, de cupons de desconto e cash back, subiu 4,20%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novos emergentes ofuscam Brics em busca de voz global

Liane Thedim

Um país em guerra, outro em desaceleração econômica e disputa comercial com os Estados Unidos, o terceiro em luta contra a **inflação** e os juros altos, o quarto, um gigante em ascensão e o quinto sem relevância na economia global.

Um bloco heterogêneo, que ganhou peso na primeira cúpula de chefes de Estado em 2009, mas que hoje carrega um conceito ultrapassado, sem contornos geopolíticos ou agenda para além da ideia de cinco países com potencial de investimentos. Mais de uma década e uma pandemia depois, o Brics - que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - busca retomar alguma relevância no novo desenho mundial, sob a sombra de mercados tão ou mais sedutores e que não carregam a carga política do grupo.

"São os novos mercados emergentes, representados sobretudo pelo Sudeste Asiático, como Malásia e Vietnã, com forte expansão econômica e grande atratividade, por terem estabilidade política", diz Yi Shin Tang, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRIUSP).

Na América Latina, nesse contexto entram, por exemplo, México, principal beneficiado pela proximidade geográfica e política dos EUA, Chile e Colômbia, com alinhamento claro às políticas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), além, é claro, do Brasil.

Esses países têm adotado papel contracíclico às nações desenvolvidas, em pleno aperto monetário que pode levar à recessão. Os Estados Unidos fizeram dez elevações seguidas nos juros, que estão no maior nível desde 2006. O BC do país fala em mais duas altas e já há temores em relação aos efeitos sobre a atividade econômica. Na União Europeia, Inglaterra e no Japão também ainda não há previsão para a **inflação** voltar à meta e encerrar a sequência de aumentos nas taxas básicas. Nesse contexto, o dinheiro busca novos destinos.

Em seu mais recente relatório, o Instituto de Finanças Internacionais (IIF) informa que seu monitoramento mostra um fluxo de alta frequência "muito forte para mercados emergentes não chineses", o que a entidade

atribui à perspectiva benigna de **inflação** nos países desenvolvidos, associada às "tensões EUA-China" e à invasão da Ucrânia. "Essa mudança pode ser especialmente positiva para a América Latina, onde os investidores globais agora estão mais dispostos a ignorar outras questões", que o texto chama de "pontos problemáticos idiossincráticos" da região.

"Com as cadeias de suprimentos globais sendo levadas para longe da China, projetamos que o investimento estrangeiro direto líquido em 2023 cairá ao nível mais baixo em 18 anos no país", conclui o relatório. Outro relatório, este da agência de classificação de risco Fitch, prevê aumento significativo no fluxo para emergentes em 2024, excluindo China, à medida que o BC americano comece a cortar os juros e a diferença entre os crescimentos de países em desenvolvimento e ricos aumente.

"Dos cinco países do Brics hoje, a China não é mais vista só como mercado atraente, mas como uma ameaça. Rússia está fora do jogo, o Brasil acaba de sair da condição de pária internacional e a África do Sul só entrou por pressão chinesa", diz Tang, da USP. "A economia indiana é a quinta do mundo, continua crescendo a taxas elevadas, próximas a 13%. Mas há cultura fechada e forte protecionismo", completa Mauro Rochlin, coordenador do MBA de Gestão Estratégica e Econômica de Negócios da Fundação Getúlio Vargas.

O mundo também tenta redescobrir a importância desse Brics que tenta se "ressignificar". China e Rússia veem essa retomada do foco no bloco por parte do governo Lula, após anos deixado de lado, como oportunidade de narrativa política de um clube que se contrapõe ao mundo ocidental. Brasil e Índia, por sua vez, preferem a neutralidade, numa união de ocasião apenas para ganhar peso nas negociações comerciais. Quem vai ganhar a disputa? Sem acordo no encontro em julho, o grupo adiou para agosto a decisão sobre adesão de 13 países: Arábia Saudita, Irã, Indonésia, Argentina, Bangladesh, Cazaquistão, Comores, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Guiné-Bissau e Congo.

"Os Brics buscam redefinir seu papel diante de novos desafios na área de cibersegurança, gestão de dados, tecnologia e comunicação, num mundo ainda de

ressaca de uma pandemia, sofrendo com uma guerra no coração da Europa e tentando lidar com problemas domésticos como o avanço da **inflação**", diz Gustavo Macedo, professor de Relações Internacionais no Ibmec SP. "Na pandemia ficou cada um por si e agora abriu-se uma janela de oportunidade para buscar alternativas que estavam na geladeira. O Brics volta a aparecer na medida em que a guerra da Ucrânia reforça o racha entre Oriente e Ocidente", acrescenta.

A questão, afirma, é saber quais países vão continuar aderindo à China, resistindo à estratégia ocidental de tentar diminuir a força do país. O governo brasileiro não vai abrir mão do parceiro asiático, mas há países cedendo às pressões.

México, que vem crescendo brutalmente diante do acirramento da rivalidade entre EUA e China, por exemplo, não pediu para entrar; Colômbia e Chile também não. Para se ter uma ideia, os investimentos estrangeiros diretos (IED) no México cresceram 48% no primeiro trimestre frente ao mesmo período do ano passado.

"O México hoje é visto como destino importante de capitais produtivos, num movimento de afastamento da China. E também o Brasil pode ter o papel repensado nessa ótica", diz Rochlin, da FGV. É o chamado "nearshoring", movimento em que as empresas estão trazendo de volta sua produção para perto de seu país de origem, ou, mais claro ainda, o "friendshoring", ou seja, buscando se instalar em países alinhados culturalmente.

Para Luiz Fabiano Gomes Godoi, sócio e diretor de Investimentos da Kairós Capital, o bloco dos não alinhados automaticamente a um dos dois lados pode se aproveitar dessa reorganização das cadeias de produção. "E o que vai determinar isso? Como cada país está lidando com questões internas. Mas não podemos abrir mão do nosso parceiro comercial que é a China, que compra o grosso das nossas commodities." No ano até junho, o Brasil vendeu US\$ 50 bilhões ao país asiático, aumento 5,8%. Já os EUA compraram US\$ 17,2 bilhões do Brasil, valor 2% menor que o mesmo período do ano passado.

Nesse jogo de forças, o Brasil pode se beneficiar por ser uma espécie de nível intermediário. "O país não faz parte da OCDE mas tem feito esforços recentes para ganhar esse selo de qualidade, sobretudo no governo Bolsonaro, e deu sinais de estabilidade econômica, com a atuação de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda, que vem superando desconfianças", avalia Tang, da USP.

À Índia também não interessa tomar partido. O país, cujo primeiro-ministro, Narendra Modi, foi recebido

com tapete vermelho nos EUA e na França, já tem Washington como maior parceiro econômico.

"A manutenção do grupo se reveste de importância porque estamos falando de países de relevância econômica, embora só a China permaneça na primeira linha no ranking mundial", diz Rochlin, da FGV. O Brics corresponde a 26% do **PIB** mundial e a 40% da população, e o G7 a 49% e 10%, respectivamente.

"Estamos falando de países que, pela extensão territorial e população, têm importância estratégica", acrescenta.

Ressignificar o bloco sem elevar as tensões, portanto, poderia acontecer por meio do fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), conhecido como Banco do Brics e presidido pela ex-presidente Dilma Rousseff. Seria uma forma de redesenho rápido, em contraposição ao Banco Mundial, por exemplo. "A instituição poderia financiar países pobres com menos requisitos ou condicionantes que bancos multilaterais normalmente impõem", diz Tang. "É uma forma de expansão alternativa, porque outros países poderiam virar clientes e não membros, em projetos de desenvolvimento. Seria mais interessante para o Brasil", acrescenta Macedo, do Ibmec SP.

Ao cenário complexo, soma-se a desaceleração da economia chinesa, ingrediente que aumenta as incertezas.

O gigante ainda sofre os efeitos da política de covid zero e recente reabertura, elevando temores sobre os rumos de sua política econômica, já que o governo não vem usando os estímulos de outras crises. Nesta semana, dados oficiais mostraram crescimento de apenas 0,8% no segundo trimestre em relação aos primeiros três meses do ano, menos que a metade dos 2,2% do primeiro trimestre.

O resultado é reflexo da fraqueza das vendas no varejo e dos investimentos apenas moderados do setor privado, assim como a forte desaceleração das exportações puxada pela menor demanda externa, afetada pela alta dos juros no mundo. Diante disso, economistas já rebaixam suas previsões de expansão para este ano de 5,5% para 5%. "Esperava-se uma paulada de crescimento com a reabertura. Há um gosto amargo agora", comenta Godoi, da Kairós Capital.

Para os especialistas, porém, a economia continua forte, mesmo com a relutância em adotar medidas de estímulo em larga escala. "A China está guardando bala para quando precisar, não quer inflar bolha ainda. A reabertura pós-covid já é o estímulo na transição

para consumo e serviços", avalia Andrew Reider, CIO da gestora WHG.

O executivo se refere ao remodelamento da economia: "Era baseado em infraestrutura, modernização das cidades e migração rural. Subia mais de 10% ao ano, agora cresce a 5%. Quando desacelerava, investia em obras e estava tudo resolvido.

A construção civil corresponde a 25% do **PIB**", explica Paula Moreno, cogestora da Apex Capital.

Desde o início de 2022 a base se voltou para consumo, tecnologia, transição energética, menos dependente de exportações, já como reflexo do acirramento nas relações com os EUA na era Trump. "Vivemos hoje um processo de "japanização" da China? Investidores estrangeiros estão tentando entender", diz Moreno. Mas Macedo, do Ibmecc SP, ressalta que é preciso pensar o país fora das métricas ocidentais.

"Sempre tem que ser a médio e longo prazos, diante do poder concentrado no Partido Comunista.

Política de Estado e de governo se misturam. A China sempre se planeja em termo de décadas", explica. "É como se o país estivesse aguardando seu momento, porque se mantém poderoso na medida em que o Ocidente, principalmente os EUA, tem perdido relevância por instabilidades econômicas e políticas." O país vem avançando em parcerias em nações latino-americanas e africanas, em infraestrutura, comunicação, manufatura e energia. "A China não pode ser subestimada. O que ninguém responde claramente hoje é qual é a prioridade, se restaurar o mercado interno ou aumentar a influência sobre outros países. E esse vai ser o ponto-chave para superar os EUA daqui a 10 ou 20 anos, se tornando a maior economia do mundo", pondera Tang.

*

"Os Brics buscam redefinir seu papel diante de novos desafios" Gustavo Macedo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1§ion=1>

PIB da bioeconomia tem primeiro recuo desde 2017

O Produto Interno Bruto da Bioeconomia (PIBBio) no país - que engloba as atividades de origem vegetal, florestal e animal, de bioindústrias e do chamado setor bio-based (com viés biológico) - somou R\$ 2,5 trilhões no ano passado. O resultado indica uma queda de 0,73% em comparação com o de 2021, interrompendo uma série de crescimento que vinha sendo observada desde 2017. Os dados são do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o centro de pesquisas, o indicador reflete, em parte, a desaceleração da economia brasileira e o impacto de aumentos de custos de produção, decorrentes da guerra entre Rússia e Ucrânia. Ambas as nações são grandes produtoras de grãos, e o país euroasiático é o principal fornecedor dos fertilizantes usados na agricultura brasileira.

Segundo o pesquisador Cícero Zanetti de Lima, um dos responsáveis pelo estudo, o desempenho negativo do PIB-Bio foi influenciado pela retração de 3,62% das atividades de origem vegetal e florestal no ano passado.

O segmento responde por 30% do PIB-Bio. "Isso foi puxado basicamente pelas quebras de safras do ano passado. Se você tem menos produção, tem mais custos, então acaba freando um pouco a cadeia (produtiva)", explica o pesquisador.

Também pesou no desempenho mais fraco a atividade da bioindústria, que tem participação de 50% no PIB-Bio e recuou 0,74% no período analisado. "Este não é um grupo homogêneo.

Você tem a indústria de alimentos e bebidas, que cresceu cerca de 1% em termos reais (em 2022). Mas outras atividades, por exemplo, têxteis, tiveram forte retração, por conta dos custos maiores de produção, e isso acabou puxando toda a bioindústria para baixo", afirma Lima.

Em contrapartida, a bioeconomia de origem animal e a indústria bio-based, que representam 19% do PIB-Bio, avançaram 2,56% e 5,85%, respectivamente, em 2022. Nesse mercado, explica o pesquisador, são consideradas todas as indústrias que usam recursos biológicos em alguma etapa do seu sistema de produção. "Esse segmento vem de três anos consecutivos de crescimento real. Isso é puxado pela

indústria farmacêutica, pela indústria de cosméticos e também pela geração de energia", destaca Lima.

Para 2023, ele projeta um resultado positivo do PIB-Bio, impulsionado principalmente pela agricultura e pela indústria de alimentos, mas pondera que o desempenho também dependerá da dinâmica do consumo interno.

"As cadeias já estão se reestabilizando, absorvendo os efeitos da guerra e tentando controlar os imprevistos de custos", diz Lima. Segundo o pesquisador, o conceito de bioeconomia utilizado no estudo, que contempla algumas atividades componentes do agronegócio, envolve todo o estoque, o uso e a transformação de recursos naturais e biológicos no país, sem levar em consideração critérios de sustentabilidade.

"Então, se você tem um insumo biológico e vende, transforma ele na indústria farmacêutica, por exemplo, a gente entende que isso faz parte da bioeconomia", observa.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>